

ANÁLISE SEMÂNTICA DA PALAVRA AINDA

por

LÍLIAN MÁRCIA SIMÕES ZAMBONI

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Campinas

1978

ANÁLISE SEMÂNTICA DA PALAVRA AINDA

Resumo

O objetivo deste trabalho é tentar mostrar que para se chegar ao valor semântico do elemento AINDA, em português, é preciso efetuar sua abordagem dentro de uma linha teórica cujo mecanismo de descrição vê a linguagem como o lugar em que se defrontam as subjetividades dos interlocutores.

É, portanto, dentro de um quadro teórico que assume a existência de elementos que, ao serem enunciados, remetem ao próprio universo da enunciação, que o trabalho se desenvolve.

Dentro dessa linha de investigação, a preocupação foi sempre revelar o AINDA como o elemento cuja função semântica se define com uma marca de apreciação feita pelo sujeito da enunciação sobre o objeto predicado na sentença.

Essa marca de apreciação foi buscada em diferentes estruturas em que intervêm o elemento AINDA, tendo sido utilizados, para isso, alguns enunciados em contextos já dados.

No final, são apresentadas algumas sugestões que possam responder pela substituição de um valor semântico único ao AINDA, embora ele manifeste (talvez, apenas superficialmente) valores semânticos diferentes.

Autora: Lilian Márcia Simões Zamboni

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Vogt

Pro Dario e pra Lúcia

que me fizeram acreditar
no sol de cada dia

Ao Prof. Clemente Segundo Pinho,
que me mostrou o caminho.

Ao Prof. Carlos Vogt,
que me conduziu por esse caminho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo eu devo a segurança para emprender esta caminhada ao longo de todo seu percurso.

Ao Silvio eu devo o equilíbrio de cada passo e a paz de todo dia.

À Marlene eu devo a tranquilidade de todas as horas. Ela foi mãe de meus filhos em todas as ausências.

À mãe Elza eu devo a força e a persistência de toda vida.

A todos eles, enfim, eu devo o ponto de chegada.

Í N D I C E

Capítulo I		
	INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo II		
	AINDA: ASPECTO OU PRESSUPOSIÇÃO ?.....	5
	1. O Tratamento Aspectual de Traugott & Waterhouse.....	6
	2. O Tratamento "Pressuposicional" de Morrisey	16
	3. O <u>Ainda</u> como Marca de Argumentação.	29
Capítulo III		
	O AINDA COMO MODIFICADOR DO ADVERBIO DE TEMPO.....	38
Capítulo IV	O AINDA NA ESTRUTURA COMPARATIVA.....	46
Capítulo V		
	O AINDA NA ESTRUTURA CONCESSIVA.....	62
Capítulo VI		
	CONCLUSÃO.....	84
	Textos Comentados.....	90
	Bibliografia.....	94

RIOS SEM DISCURSO

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água paralítica. Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.

*

O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto.

"A Educação pela Pedra"

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. Este trabalho nasceu da intuição primitiva de que o advérbio ainda é mais do que um simples advérbio de tempo.

Considerando frases simples como Ele não terminou o trabalho, Faltam cinco minutos para chegar, e introduzindo nelas o advérbio ainda: Ele ainda não terminou o trabalho, Ainda faltam cinco minutos para chegar, eu sentia que, de fato, o ainda trazia para as frases modificadas uma nova dimensão significativa que as primeiras não apresentavam.

Esse sentimento era de que o locutor que enunciasse Ele ainda não terminou o trabalho transmitia, além da informação propriamente dita "ele não terminou o trabalho", um julgamento, uma apreciação sobre o fato informado, julgamento que, neste caso, poderia ser traduzido como "ele está demorando para terminar o trabalho", ou então, "eu esperava que ele já tivesse terminado o trabalho".

Da mesma maneira, o locutor que enunciasse Ainda faltam cinco minutos para chegar transmitia uma informação, por assim dizer, objetiva "faltam cinco minutos para chegar", e além desta, uma informação subjetiva, que seria

sua apreciação a respeito da informação acima: "falta muito tempo para chegar", ou "cinco minutos em acréscimo aos anteriores é muito".

2. Foi nos rumos dessa intuição, buscando entender e compreender o fenômeno assim intuído, que a investigação teve início.

Mas essa intuição não constituiu apenas a primeira etapa do empreendimento do trabalho, no sentido de provocar a curiosidade do desconhecido e depois recolher-se no limitado do sentimento. Ela fez mais: determinou o enfoque, a perspectiva, o ponto de vista segundo o qual se interrogaria o fenômeno.

Na medida em que a intuição do papel do ainda no tipo de frases mencionadas exigiu a presença do locutor, não como uma simples peça da engrenagem do chamado "processo de comunicação", mas como a presença do indivíduo em sua totalidade de pensar/sentir, raciocínio/intuição ou se se quiser alma/corpo, impuseram-se alguns pressupostos teóricos que iriam, daí para a frente, orientar o trabalho.

Foi assim que se impôs a necessidade de considerar os enunciados, não isoladamente na constituição e combinação de seus elementos, mas já dentro de um universo mais amplo, criado pela atividade dos indivíduos quando utilizam a linguagem. Assim, relevam-se à posição de destaque os fatos relativos a esse universo da enunciação, tais como a identidade dos interlocutores, a situação social que envolve o ato de fala, a idéia que os interlocutores se fazem de si mesmos no momento da fala, a intenção dos interlocutores no ato de enunciação, sua atitude perante o outro nesse ato, além de outros aspectos.

Considerar tais fatores para se chegar à compreensão semântica de um dado elemento significa assumir a existência de fatos relativos à enunciação dentro do próprio enunciado, ou então, a existência de elementos da fala no interior da própria língua.

E assumir essas idéias significa seguir os rumos linguísticos, abertos principalmente com a contribuição de Benveniste, em estudos que revelam a intersubjetivi

dade na língua; com os trabalhos dos filósofos da linguagem, notadamente Austin com sua teoria sobre os atos de fala; e de maneira mais incisiva com os estudos de Ducrot e Carlos Vogt sobre a argumentatividade da língua.¹

3. Dentro de um quadro teórico que assuma, portanto, a existência de elementos que, ao serem enunciad^os, remetem ao próprio universo da enunciação, se define o objetivo deste trabalho: tentar mostrar que para se chegar ao valor semântico do elemento ainda, em português, é preciso efetuar sua abordagem dentro de uma linha teórica cujo mecanismo de descrição vê a linguagem como o lugar em que se defrontam as subjetividades dos interlocutores.

Porque o ainda - tal como o mesmo, o também, a comparação - possuem a propriedade particular de veicular informações que dizem respeito mais a atitudes, sentimentos, vontade dos interlocutores no uso da linguagem do que a fatos ou coisas do mundo físico.

Eles constituem, por isso, marcas de subjetividade ou marcas de argumentação na língua.

Por estarem inscritos na língua e se manifestarem como subjetividade na fala, a descrição de tais marcas deve ser desenvolvida dentro do universo da argumentação, da retórica ou da pragmática.

Para Vogt², "o seu espaço de existência não é nem o que desenha o objeto de ciência no interior do fenômeno, nem o espaço complementar do residual. É no interva

(1) Cf. Benveniste, E. Problèmes de linguistique générale, Gallimard, Paris, 1966, principalmente a seção intitulada "L'homme dans la langue". Cf. também de Benveniste "L'appareil formel de l'enonciation", Langages 17, Didier-Larousse, Paris, 1970, e ainda "Le Langage et l'expérience humaine", Problèmes du Langage, Collection Diogène, Gallimard, Paris, 1966, p. 3-13. Cf. Austin, J.L. How to do things with words, Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1962. Cf. Ducrot, O. La Preuve et le Dire - Langage et logique, Paris, Mame, Col. Repères, 1973 e também Ducrot, O. & Anscombe, J. C. "L'argumentation dans la langue", Langages, 42, Didier-Larousse, Paris, 1977, p. 5-27. Cf. Vogt, C. O Intervalo semântico - Contribuição para uma teoria semântica argumentativa, Ed. Ática, SP, 1977, Col. Ensaios.

(2) "O intervalo semântico..., obra já citada, p. 32.

lo entre a língua e a fala, entre a competência e a performance, entre o enunciado e a enunciação, que estes marcadores de subjetividade habitam, pondo em xeque a rigidez destas dicotomias e criando sob a barra (/) do silêncio lógico os túneis de passagem dos murmúrios da história".

4. Dentro dessa linha de investigação, a minha preocupação foi sempre revelar o ainda como o elemento cuja função semântica se define como uma marca de apreciação, feita pelo sujeito da enunciação sobre o objeto predicado na sentença.

Essa marca de apreciação foi buscada em diferentes estruturas em que intervém o elemento ainda, sempre na tentativa de comprovar a hipótese inicial de que a análise que pretender explicar o valor semântico deste elemento deverá levar necessariamente em conta a atitude apreciativa do sujeito da enunciação sobre o que está sendo predicado na sentença.

Para isso, utilizei alguns enunciados em contextos já dados, que me pareceram representativos não só pela possibilidade de revelarem de maneira proveitosa o valor do ainda, mas também pela possibilidade de se abrirem para o mundo da argumentação, deixando entrever nessa abertura o encontro das subjetividades dos interlocutores. Não respeitando as minhas limitações, também entrei por essa abertura, procurando compreender melhor como cada interlocutor organiza seu discurso face ao discurso do outro.

Para finalizar, tento atar num único nó todas as voltas que o ainda dá, ao responder por valores semânticos diferentes - que acredito sejam diferentes apenas superficialmente - em diferentes estruturas linguísticas. Esta tentativa, no entanto, é feita apenas no nível do hipotético, do possível, do provável.

Aliás, como todo este trabalho.

CAPÍTULO II

AINDA: ASPECTO OU PRESSUPOSIÇÃO ?

O que se percebe logo de imediato no advérbio ainda, (sem torná-lo objeto de uma análise semântica mais detida e, em certo modo, mais profunda), é a carga de noção temporal que ele carrega, fato que é claramente percebido na classificação em advérbio de tempo que as gramáticas tradicionais, descritivas ou históricas, lhe atribuíram. Também linguistas preocupados com a análise semântica da linguagem apontaram o valor temporal desse advérbio (e também do já), na tentativa de depreender o seu conteúdo semântico. Levados pela complexidade do advérbio, ou pela insuficiência da interpretação puramente temporal, foram mais além e buscaram as noções de aspecto verbal para caracterizar com maior precisão os advérbios ditos temporais.¹

(1) Cf. Chaves de Melo, G. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa, Acadêmica, Rio de Janeiro, 1968; Mendes de Almeida, N. Gramática Metódica da Língua Portuguesa, Ed. Saraiva, 9a. ed., 1957; Cunha, C. Gramática do Português Contemporâneo, Ed. Bernardo Álvares S/A, Belo Horizonte, 1969, além de outras. Cf. também Nunes, J.J. Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa, Livr. Class. Ed., Lisboa, 7a. ed.; Leite de Vasconcelos, J. Lições de Filologia Portuguesa, Livr. Clássica Editora, 2a. ed., 1926. Cf. ainda os trabalhos de Traugott & Waterhouse e Morrissey, comentados a seguir.

1. O TRATAMENTO ASPECTUAL DE TRAUOGOTT & WATERHOUSE

Assim é que, na linha da semântica gerativa norte-americana, Traugott & Waterhouse² sugeriram que os advérbios already e yet poderiam ser gerados a partir de um conjunto de traços semânticos associados com o perfeito, e que still poderia, da mesma maneira, ser relacionado ao progressivo.³

Este trabalho de Traugott e Waterhouse surgiu da investigação de saber se already e yet formam um conjunto supletivo correspondente a some/any, sometimes/ever. A conclusão a que chegam os autores, quanto a este ponto, é positiva: de fato, already e yet formam um conjunto supletivo, embora apresentem certas limitações de que não compartilham outros conjuntos supletivos.

O problema da supleção⁴ se apóia num grupo de sentenças como:

- (1) a. He has gone already
- b. He has gone yet

- (2) a. ? He hasn't gone already
- b. He hasn't gone yet

(2) "'Already' and 'yet': a suppletive set of aspect markers ?" 1968, Journal of Linguistics, 5, p. 287-304.

(3) Parece não haver, em inglês, nenhuma diferença semântica entre os advérbios still e yet, que não seja aquela diferença apontada ao nível distribucional. Robert Lado & Charles Fries, em English Sentence Patterns, Ann Arbor The University of Michigan Press, 1966, p. 183, atribuem ao still a indicação de que a situação expressa no enunciado permanece a mesma de antes (ao contrário de anymore, por exemplo, que indica uma situação que existia antes mas que não existe agora) e atribuem a yet a indicação de um tempo mais longo do que era esperado (por oposição a already que indica um tempo menor ou mais anterior do que o esperado). É interessante notar, já que está à mão, que estes autores fazem intervir, nas suas indicações sobre o valor dos advérbios already e yet, a expectativa do locutor quanto à duração ou extensão do tempo considerado.

(4) Em inglês "suppletion". Por esse termo entende-se o procedimento de substituir formas deficientes de uma palavra por formas emprestadas de outra palavra.

que fornece evidência para o estabelecimento da supleção, desde que sejam omitidos os usos especiais de (2a), por tratar-se aí de um tipo de already diferente daquele que ocorre, por exemplo, em (1a), tendo o significado de tão logo, tão cedo assim, agora mesmo.

As limitações que sofre a supleção são estabelecidas a partir das sentenças:

(3) a. Hasn't he gone already ?

b. Hasn't he gone yet ?

(4) a. Has he gone already ?

b. Has he gone yet ?

em que tanto as formas (a)s como (b)s são aceitáveis.

O problema que merece mais atenção dos autores nessas sentenças está em como caracterizar a diferença entre (4a) e (4b): (4a), dizem eles, envolve uma questão cujo escopo abarca a sentença toda, enquanto (4b) assume que ele está indo, recaindo a questão apenas sobre o "alreadiness".⁵

A partir dessa diferença, são apresentadas abstratamente diferentes estruturas para (4a) e (4b):

(4a) [Q It is the case [He has gone already]]

(4b) [Q It is already the case [He has gone]]

Estas análises, assim sugeridas, levam à seguinte restrição: already está em supleção com yet apenas se Q é parte do mesmo S que already. Esta restrição será também estendida à NEG e acrescida de um elemento semântico significativo - a expectativa - quando o problema de already for tratado com vistas à sua associação com o perfeito. Trataremos desse ponto mais adiante.

Outras restrições da supleção de already/yet, além desta já mencionada, são levantadas no trabalho de Traugott e Waterhouse, muitas delas mostrando a importância da hierarquização da sentença para a compreensão de tais advérbios.

(5) Essa diferença, em português, parece assentar apenas no fenômeno da entonação frasal. (4a) teria como correspondente Ele já/saiu ?, com entonação ascendente no final da frase, (4b) corresponderia a Ele /já/saiu ?, com entonação ascendente no advérbio.

Passaremos ao largo de comentários sobre estas outras restrições, porque o que toca mais de perto ao interesse da nossa pesquisa não é a questão de se already/yet constituem ou não um conjunto supletivo ou quais as restrições a que a ele se aplicam. O que prende nosso interesse é o desvio, por assim dizer, que tomou o rumo da investigação de Traugott e Waterhouse: muitas observações sobre a restrição de already e yet a certos tempos e modos e também sobre sua não-correspondência com muitos advérbios de tempo, levaram à investigação de se already e yet são realmente advérbios de tempo, como tem sido frequentemente sustentado. A conclusão a que chegam eles é que tais advérbios não podem ser tratados, de maneira proveitosa, como advérbios de tempo, tendo em vista as conexões íntimas que eles apresentam com o aspecto perfeito.

Dessa maneira, retomaremos os argumentos apresentados no trabalho em favor dessa hipótese, querendo atingir com isso duplo objetivo: ter à mão um material de subsídio na questão do aspecto envolvida em advérbios como already/yet (principalmente already, por ter um comportamento muito semelhante ao de still-ainda, em português - embora ocorra, sob certas circunstâncias, justamente nas sentenças em que already não ocorre) como também levantar alguns pontos quanto à adequação de uma análise semântico-gerativa que se atém aos limites do enunciado na busca da compreensão de elementos, como tais advérbios, que nos parecem mais relacionados com a totalidade do universo da enunciação do que com os próprios constituintes do enunciado.

Passemos aos pontos relevantes da discussão de already/yet quanto a serem eles elementos aspectuais ou advérbios de tempo.

Até recentemente, tem sido adotada, sem maiores dúvidas, a classificação tradicional de que already/yet constituem advérbios de tempo. Como tal, already seria membro da categoria imediatamente dominada por S, isto é, seria um advérbio sentencial, e não um constituinte do SV - de acordo com o critério sugerido por Lakoff & Ross e por

Lakoff ⁶, para a constituição da sentença: se o advérbio em questão pode corresponder a um advérbio paralelo numa sentença encaixada do tipo do so, do it, então ele é constituinte de S; caso contrário, ele é considerado parte do SV.

Assim, a aceitabilidade de

(5) John has climbed Mt Tamalpais already, but
his sister won't do so for some time

leva à consideração de already como constituinte de S.

Isto posto, os autores propõem diferentes estruturas subjacentes para (4a) e (4b):

(4a) Has he gone already ?

S (Q+NP (It + S (he has gone already)) + VP (is the case)

(4b) Has he gone yet ?

S (Q+NP (It + S (he has gone)) + VP (is the case)+already))

que correspondem exatamente às estruturas subjacentes necessárias para dar conta de:

(6) a. Does he beat his wife often ?

(Is it: He beats his wife often)

(6) b. Does he beat his wife often ?

(Is it often: He beats his wife)

Mas a correspondência de already com often, entretanto, não é inteiramente perfeita. Considere-se:

(7) a. Does he beat his wife already ?

b. Does he beat his wife yet ?

Nota-se que, em (6b), o ato de bater é assumido e a pergunta concerne apenas à frequência com que o ato ocorre. Já em (7b), embora a pergunta também se limite à área do advérbio, o ato de bater não é assumido, ou melhor, o falante espera que ele irá ocorrer. As implicações de (6b) e (7b), portanto, são completamente diferentes. E como explicar essa diferença ? Os autores logo reconhecem que

(6) Conforme citação dos autores: Lakoff, G. & Ross, J.R. (1966). "Criterion for verb phrase constituency", Mathematical Linguistics and Automatic Translation, Report nº NSF-17, Seção II, Cambridge, Mass: Harvard Computation Laboratory; e Lakoff, G. (1968) "Instrumental adverbs and the concept of deep structure", FL 4. 4-29.

não podem atribuí-la à ocorrência de advérbio de frequência em (6), e de advérbio de tempo em (7), porque mesmo nas sentenças propostas a seguir:

(8) a. Does he sometimes beat his wife ?

b. Does he ever beat his wife ?

em que figuram advérbios de frequência, novamente o ato de bater não é assumido e nem mesmo esperado.

Uma maneira de dar conta dessas diferenças aparece quando se nota que it-expansion é possível para (6b), mas não para (7b) ou para (8b)):

(6) c. Is it often that he beats his wife ?

(7) c. *Is it already/yet that he beats his wife ?

E dificilmente parece aos autores uma coincidência o fato de (6b) ser além disso expandido em:

(6) d. Is it true that is often the case that he beats his wife ?

enquanto que (7b) é parafraseado assim:

(7) d. Is it yet true that he beats his wife?

Estes fatos levam os autores à conclusão prévia de que already (e sometimes) devem ser marcados para a possibilidade de ocorrência nas sentenças valor-de-verdade e não-possibilidade para it-expansion, ao passo que often deve ser marcado para não-possibilidade de ocorrência nas sentenças valor-de-verdade, e possibilidade para it-expansion. Admitem, a seguir, que muitos advérbios de tempo e frequência correspondem a often no que concerne à especificação de valor-de-verdade, mas muito poucos correspondem a already (e sometimes): um que o faz é still, conforme se percebe em: He is still here = It is still true that he is here, mas ≠ It is still that he is here. A extrema limitação desse grupo sugere aos autores que ele possa ter uma função diferentes dos demais advérbios de tempo e frequência. Esta disparidade, apenas aparente, será desfeita posteriormente, quando todos os fenômenos questionados forem relacionados ao elemento aspectual perfeito.

Entre várias restrições que se aplicam a already, uma é a não-ocorrência em sentenças genéricas como:

(9) *Oil already floats on water

(10) *Metal is already hard

No entanto, em sentenças semelhantes que envolvem atividade ou atores específicos, é possível ocorrer already:

(11) John already floats

mas, nesse caso, o advérbio implica uma mudança de estado: (11) significa não que João está flutuando, mas que ele pode flutuar, coisa que não podia fazer anteriormente. É sigⁿificativo, neste sentido, que already pode ocorrer apenas nas sentenças copulativas que permitem become ou algum incoativo semelhante - comportamento de que se aproxima still, mas não sometimes, de que é exemplo:

(12) a. This metal is already/still hard

b. This metal has become hard/hardened

A consideração de alguns conjuntos de paráfrases que envolvem have-en ou implicam início completo de ação ou estado, como:

(13) a. He is already here

b. He has already arrived

(14) a. He already chooses his own clothes

b. He has already started to choose his own clothes

levaram os autores a postular que already está intimamente associado, de alguma maneira, com o perfeito. Contrariamente a alguns autores que consideram o perfeito como um traço do SV, Traugott & Waterhouse preferem considerá-lo um traço da sentença toda, ou de acordo com outra análise, como o verbo principal. Nesse último caso, o tradicional verbo principal pertence a uma S encaixada.

No léxico, o perfeito não é classificado como um item lexical, mas realizado de várias maneiras no componente morfofonêmico. Assim sendo, não é mais preciso marcar already com relação à ocorrência nas sentenças valor-de verdade, porque sua ocorrência fica vinculada, agora, como uma função da disponibilidade do perfeito.

O que é mais importante, para os autores, é o fato de already ser grandemente redundante em sentenças que

apresentam have-en como realização superficial do perfeito:

- (15) a. He has left
b. He has already left
- (16) a. She has decided to take that job
b. She has already decided to take that job
- (17) a. I have seen "Les Enfants du Paradis" quite often.
b. I have already seen "Les Enfants du Paradis" quite often.

Dizem eles que as sentenças (a) e (b) são pouco, senão nada, diferentes no sentido. Se already tem alguma função nestas sentenças é a de enfatizar a perfectividade. É apenas quando o perfeito é realizado na superfície de forma diferente de have-en que already é totalmente não-redundante. Há uma diferença fundamental, por exemplo, entre

- (13) a. He is already here

e

- (13) c. He is here

porque a primeira sentença implica que ele não estava aqui antes, mas chegou, enquanto que a segunda sentença não implica nada quanto à anterioridade de sua chegada.

Além disso, already não ocorre com verbos ou adjetivos que bloqueiam o perfeito, como:

- (18) a.*He already means what he says
b. He means what he says
c.*He has meant what he says

Uma restrição que se torna previsível, desde que se associa already com o perfeito, é o fato de already não ocorrer em sentenças em que have-en seja introduzido por transformação, vale dizer, em que não figura o perfeito em suas estruturas profundas - o que é o caso de sentenças com advérbios de tempo [+ específico], como yesterday, at three o' clock, when ?, etc.

- (19) a. He is rumoured to have arrived yesterday.
b.*He has arrived yesterday.

c. *He is rumoured to have already arrived
yesterday

Embora pareçam, à primeira vista, constituir contra-exemplos à hipótese de already ser associado ao perfeito, sentenças estativas com already, como:

(20) The door was already shut
confirmam, ao contrário, a hipótese apresentada, por serem, talvez, geradas a partir de uma estrutura profunda com perfeito. O sentido da sentença estativa The door was shut diz que a porta chegou ao estado de estar fechada, a ação terminou, e o estado é a coisa que importa. Já em passivas do tipo The door was shut é especificado apenas que a ação ocorreu, mas não que tenha terminado. Isto sugere o fato das estativas talvez serem geradas através de um perfeito da estrutura profunda.

Também confirmam a hipótese de Traugott & Waterhouse sentenças interrogativas e negativas, como:

(21) Has he come yet ?

(22) He has not come yet

Estas sentenças parecem implicar a expectativa de que ele virá e portanto, parece ser improvável estarem associadas com o perfeito. No entanto, se elas têm estruturas subjacentes como:

[Q It has already come about that he has come] =
[Q It is perfected [He come]]

e

[NEG It has already come about that he has come] =
[NEG It is perfected [He come]]

a dúvida desaparece, pois é justamente Q e NEG com o perfeito que envolvem expectativa, senão compare:

(23) a. Has he come ? (com expectativa)

(23) b. Did he come ? (sem expectativa)

Dessa maneira, qualquer que seja a regra que dará conta da interpretação semântica envolvida em sentenças com [Q... perfeito...]s ou [NEG... perfeito...]s, ela também dará conta da expectativa envolvida em [Q... already...]s e [NEG... already...]s.

Estas são, pois, as restrições que apontam Traugott & Waterhouse a uma concepção temporal dos advérbios already/yet.

Ao fim da exposição, a conclusão a que levam suas ponderações é a de que already é um advérbio que deve ser especificado como a realização de um traço ou conjunto de traços associados com o aspecto perfeito.

E agora, gostaria de levantar um ponto quanto à interpretação semântica do advérbio already, como foi proposta no trabalho em questão.

Traugott & Waterhouse perceberam que muitas sentenças se encontram envolvidas por um caráter de expectativa, que, segundo eles, provém da associação de Q e NEG com o perfeito. Se admitimos que esse dado - a expectativa - está contido no próprio enunciado, ou seja, é um elemento do conteúdo do enunciado, não parece difícil a uma regra de interpretação semântica prover o seu significado. No entanto, os autores apontaram indicações semânticas para o par de sentenças:

- (13) a. He is already here
b. He is here

implicando elementos que, pode-se dizer, também envolvem certa expectativa quanto à anterioridade da ação dele chegar, ou melhor dizendo, quanto à rapidez ou presteza do próprio ato de chegar, como acontece em (13a). Então, a que se liga esse novo dado, se tal sentença, embora gerada a partir de uma estrutura profunda de perfeito, não o relaciona com Q ou NEG? A que atribuir esta outra significação, que escapa dos limites do nível morfofonêmico?

Outro ponto: os autores apontam com certa relevância o fato de already ser largamente redundante nas sentenças que apresentam have-en como realização superficial do perfeito. É o que acontece nas sentenças de (15a,b) a (17a,b). Retomo apenas as sentenças (15a)e(15b):

- (15) a. He has left
b. He has already left

Lembremos que, para os autores, estas duas sentenças são pouco, senão nada, diferentes no sentido, res

tando a already apenas a função de enfatizar a perfectividade.

Mesmo levando em conta que a noção de perfeito, para os autores, engloba os elementos [V + Aux + Perfect], não creio que se possa manter a consideração de que as sentenças (15a) e (15b) sejam, quanto muito, pouco diferentes no sentido. Elas são semanticamente diferentes e muito, embora o seu conteúdo proposicional seja basicamente o mesmo: [ele saiu]. O que as diferencia fundamentalmente é a maneira com que o locutor as enuncia: ao enunciar (15a), o locutor apenas informa a seu interlocutor que ele saiu, enquanto que ao enunciar (15b), o locutor, além de informar o fato de que ele saiu, deixa transparecer uma apreciação pessoal, subjetiva sobre a ocorrência desse fato. Pode-se dizer, a grosso modo, que essa apreciação recai sobre o momento em que se deu a ação dele sair, como se o locutor estivesse achando que ele saiu mais cedo do que era o esperado. Nesse sentido, caberia aqui a noção de expectativa, que os autores perceberam envolver muitas sentenças, nas quais o perfeito se associava com a questão e a negação.⁷

Creio que não se pode ignorar esta dimensão subjetiva do enunciado (15b), pela qual é responsável o advérbio already, sob pena de se provocar uma redução no fato linguístico em observação, o que, em última análise, significa reduzir toda a atividade da linguagem a um mero intercâmbio de informação, que leva apenas em conta o conteúdo proposicional dos enunciados.

Portanto, se estas indicações são corretas, significa isto que uma associação de already com o perfeito: ou deve prever no próprio aspecto de perfeito mais do que o perfeito no nível morfofonêmico pode prever, ou a colocação de aspecto encontraria melhor adequação dentro de uma análise semântica que postulasse como imprescindível a necessidade de integrar às informações proposicionais propriamente

(7) Retomo esta noção de expectativa ao comentar o valor semântico do advérbio ainda quando este veicula uma apreciação de caráter temporal.

ditas, informações sobre a subjetividade dos interlocutores quando se defrontam na linguagem.

Isto porque, elementos como o já, o ainda, o também, o mesmo, dentre outros, evidenciam-se cada vez mais na língua como elementos que marcam, de maneira retórica ou argumentativa, a postura dos interlocutores no confronto da linguagem.

São eles marcas argumentativas do enunciado. A sua presença determina a direcionalidade do discurso.

Para entender seu valor, é necessário olhá-los sob o ângulo retórico ou argumentativo da linguagem.

2. O TRATAMENTO "PRESSUPOSICIONAL" DE MORRISSEY

Num trabalho posterior ao de Traugott & Waterhouse, Michael D. Morrissey⁸ procura mostrar que still e anymore estão, na realidade, mais relacionados com o perfeito do que até então se supôs. A tal ponto que uma descrição dessas formas em termos semânticos estruturais ajudaria a esclarecer o significado da flexão do perfeito.

a) Perfeito resultativo ou continuativo ?

Antes de mostrar a maneira pela qual ocorre esse relacionamento, o autor retoma a distinção tradicional, entre perfeito resultativo e perfeito continuativo, para mostrar que certas construções com o perfeito apresentam dificuldades para serem classificadas num desses tipos. Sentenças como:

(24) I have read the book

claramente se enquadram no perfeito resultativo, em que uma ação é descrita como terminada no tempo de referência (o presente). Do mesmo modo, sentenças como:

(25) He has been here since Monday

pertencem claramente ao perfeito continuativo, em que um estado começa no passado e continua no presente.

(8) "The English perfective and 'still'/'anymore'" (1972), Journal of Linguistics, 9, p. 65-69.

Mas, neste ponto, Morrissey se pergunta: como tratar o perfeito em determinadas construções, principalmente com verbos de estado, que, sem dúvida, não são nem resultativos nem continuativos? É o caso de frases como The door has been open, em que não se sabe se o resultado da ação terminou ou continua até o tempo de referência. Nesse sentido, segundo Morrissey, também as considerações sobre o perfeito, de Bauer⁹, são insatisfatórias, embora corretas até o ponto em que estende sua classificação, porque ele não considerou certas construções com o perfeito, particularmente com verbos de estado.

Além dessas restrições mencionadas, Morrissey aponta ainda outra: considerar o perfeito progressivo como resultativo, quando ele não é especificado adverbialmente, como no caso de (26), por exemplo

(26) I have been removing the stones in my garden¹⁰

também levanta o problema de se saber se a ação foi terminada ou se continua no tempo de referência: ainda estou tirando as pedras do jardim ou não?

Estas perguntas, para Morrissey, não podem ser respondidas com certeza, fora do contexto, porque ele considera tais sentenças ambíguas, e de nada valem, neste sentido, as categorias de resultativo ou continuativo.

(9) "The English 'perfect' reconsidered" (1969), Journal of Linguistics, 6, p. 189-198. Bauer privilegia o tipo resultativo como a forma principal, restringindo o continuativo ou progressivo como uma variante combinatória, que ocorre apenas (a) com uma frase adverbial como (ever) since, up till now, all my life, so far, etc. e (b) se o verbo é lexicalmente atelico, isto é, não implica obviamente um certo objetivo ou conclusão.

(10) Creio que o correspondente do "present perfect-continuous form", em português, possa ser o pretérito composto. Ambos expressam a mesma idéia, Cf. Dixon: "The present perfect tense has a continuous form which we often use to describe an action which began in the past and continues up to the present". (Regents English Workbook, 2, p. 39). Conforme Bechara, o pretérito composto exprime "repetição ou prolongação de um fato até o momento em que se fala, ou fato habitual". (Moderna Gramática Portuguesa), Ed. Nasc., SP 1962, p.337.

b) Still/anymore como evidência da ambiguidade do perfeito

Feito esse parêntese, o autor está em condições de expor a relação percebida por ele entre still/anymore e o perfeito.

Estes advérbios agora são introduzidos em construções ambíguas, particularmente para justificar sua dupla interpretação. São três casos em que o perfeito é ambíguo, segundo Morrissey: quando o verbo é (a) de estado, como em (27); (b) de ação e progressivo, como em (28); ou (c) de ação e genérico, como em (29).

- (27) a. The door has been open
 b. The door has been open, and it still is
 c. The door has been open, but it isn't anymore

- (28) a. Mr. Jones has been tampering with the lock
 b. Mr. Jones has been tempering with the lock, and he still is
 c. Mr. Jones has been tampering with the lock, but he isn't anymore

- (29) a. Bob has sung before for a living
 b. Bob has sung before for a living, and he still does
 c. Bob has sung before for a living, but he doesn't anymore

c) A função dos conetivos and e but

Antes de chegar às considerações do autor com respeito à relação dos advérbios still/anymore com o perfeito, gostaria de levantar um ponto quanto ao problema da justificação da ambiguidade atribuída ao perfeito nos casos acima.

Observemos o expediente usado por Morrissey para mostrar a ambiguidade das construções em consideração. O aspecto durativo do processo verbal é justificado com expansões do tipo "and it still is" nas construções (b)s. A segunda interpretação reconhecida por ele obriga a uma leitura

resultativa da frase, com uma expansão do tipo "but it isn't anymore", nas construções (c)s.

São essas expansões, ou melhor, não precisamente elas, mas os conectivos que as introduzem, que acreditamos sejam esclarecedores para o ponto em questão. Para mostrar isso, teremos de nos alongar em algumas considerações a respeito de tais conetivos.

O conetivo and (e) pode ser analisado, em muitos casos, como um operador que, atuando em proposições simples, constitui uma outra proposição simplesmente pela soma dos seus conteúdos. Sejam as proposições (a) Luís assistiu ao jogo do Vasco e (b) José assistiu ao jogo do Vasco. Chame mos de a' o conteúdo de (a) e de b' o conteúdo de (b). O que o conetivo e faz, nas proposições dadas, é operar a adição de a' e b', de tal modo, que o que se obtém através dessa operação é uma terceira proposição (c) Luís e José assistiram ao jogo do Vasco, cujo conteúdo (c') é a soma dos conteúdos de (a) e de (b), ou seja: $a' + b' = c'$.

Mas salta logo aos olhos que, embora essa descrição seja adequada para alguns casos, existe um sem-número de outros em que a conjunção de duas proposições não se dá de maneira tão simples e imediata como a descrição acima parece sugerir. E outros ainda, que, se submetidos a esse processo de conjunção, produzem sentenças estranhas, impróprias e até inaceitáveis (do ponto de vista semântico).

O mecanismo da conjunção parece comportar certas propriedades específicas, que precisam ser esclarecidas para permitir uma descrição mais adequada da conjunção de proposições.

Este é exatamente o objetivo de Robin Lakoff¹¹ ao estudar os conetivos and, or e but. Ao fim de sua exposição, ela postula a necessidade de um tema comum para as orações ligadas por qualquer um desses conetivos. Este tema pode estar expresso na estrutura superficial da sentença, ou pode ser derivado por combinações mais ou menos complexas de

(11) "If's, and's and but's about conjunction", in Studies in Linguistics Semantics, Fillmore & Langedoen (eds.), p. 114-149.

pressuposições e deduções. Os conceitos de pressuposição e de dedução são tão fundamentais para dar conta dos tipos de estruturas superficiais sujeitas à conjunção, que devem, necessariamente, estar incorporados à gramática da língua.¹²

Apenas para esclarecer o ponto salientado pela autora - da necessidade de um tema comum para sentenças ligadas por tais conetivos - tomemos alguns de seus exemplos.

(30) John eats apples and his brother drives a Ford

(31) John has a yacht, but Bill has a \$30,000 mortgage on his house

(32) Either John eats meat, or Harry eats fish

Para o locutor entender (30) como uma sentença perfeitamente normal, ele deve pressupor que um irmão está relacionado com o outro, que ambos têm algo a ver entre si. Em (31), as duas orações têm em comum a posse de alguma coisa, embora no primeiro membro da sentença a posse seja tida como vantajosa, e no segundo, como desvantajosa. Em (32), o tema comum está assertado na própria sentença.

Devemos ainda mencionar outra propriedade que Robin Lakoff postulou para os conetivos coordenativos: todos eles ocorrem de duas maneiras - uma simétrica e outra assimétrica.

O and simétrico simplesmente liga duas ou mais orações, que são, neste caso, intercambiáveis, sem que se altere a gramaticalidade ou o significado da sentença. Novamente, tomamos uma sentença citada pela outra para exemplificar.

(33) Mary is eating toast and Fred is chasing the aardvark

é sinônima de

(34) Fred is chasing the aardvark and Mary is eating toast.

O and assimétrico impõe uma ordem de prioridade nas orações que ele ordena, o que, com respeito à pressuposição, implica que o primeiro elemento da sentença é pressuposto a fim de que o segundo seja verdadeiro. Compare-se:

(12) Ver, neste sentido, o artigo de George Lakoff: "The Role of Deduction in Grammar", *ibidem*, p. 62-70.

(35) The police came into the room and everyone swallowed their cigarettes.

(36) Everyone swallowed their cigarettes and the police came into the room.

Há em (35) uma relação de causalidade que, ou não existe em (36) e aí então o conetivo está sendo usado em sentido simétrico, ou existe mas de maneira diferente.

No conetivo assimétrico, o membro posterior da sentença pressupõe sempre o anterior, e por isso, a dedução é necessária para mostrar como um membro leva ao próximo. Com os conetivos simétricos, a dedução não é necessária nesse sentido, embora seja necessária para se descobrir o tema comum.

A existência, por outro lado, de um but simétrico e outro assimétrico decorre de but ter and como um de seus componentes. Estes dois empregos estão relacionados com os dois tipos de but evidenciados por Robin Lakoff: o que indica oposição semântica, como em (37), e o que indica negação de uma expectativa, como em (38).

(37) John is tall but Bill is short

(38) John is tall but he's no good at basketball

Robin Lakoff identifica o but-oposição semântica com o and-simétrico (em ambos, os membros da sentença são reversíveis), e o but-negação de expectativa com o and-assimétrico.

Como and e but, or pode ser também usado simétrica ou assimetricamente.

Desta exposição longa, mas necessária, tomaremos os pontos que mais nos interessam para a questão que levantamos: o conetivo and (e) deve comportar propriedades específicas que permitem a coordenação adequada de orações. Essas propriedades consistem na necessidade de um tema comum para a coordenação de orações e no uso simétrico e assimétrico dos conetivos.

De posse dessas propriedades, podemos retomar as construções (b)s de Morrissey, nas quais o aspecto durativo do processo verbal é justificado pela possibilidade de expansões do tipo "and it still is".

É fácil perceber que os dois membros dessas construções partilham um tema comum. Também não é difícil perceber que em todas essas construções, o conetivo é empregado assimetricamente: seus membros estão dispostos numa determinada ordem de prioridade, de tal maneira que o primeiro membro do par é pressuposto para que o segundo possa ter sentido. Tanto isso é verdade, que se alguém negar o primeiro membro de (27b) The door has been open, and it still is dizendo: Mas a porta não tem estado aberta, o que equivale a negar a pressuposição do segundo, o resultado é a instauração de uma situação de "non sense", tornando sem sentido o discurso e criando um im passe entre os interlocutores. De maneira semelhante, obteríamos o mesmo resultado com (28b) e com (29b).

Passemos agora a destacar as propriedades de but (mas), para esclarecer em que sentido ele traz problemas à consideração da ambiguidade do perfeito, postulada por Morrissey.

Retomando as considerações de Robin Lakoff a respeito do conetivo but, podemos dizer que o uso que dele é feito nas construções (c)s de Morrissey enquadra-se na caracterização do que ela chama de but-negação de expectativa. Usando seus argumentos, justificariamos assim: a sentença (27c) The door has been open, but it isn't anymore é composta de uma asserção mais uma pressuposição, e ambas atuando juntas é o que permite o uso de but. A conjunção como um todo é que é assertada. O que é pressuposto é a concepção feita pelo locutor entre "a porta tem estado aberta" e "a porta continua aberta". Se alguém diz The door has been open, espera-se então que ela ainda esteja. A pressuposição envolve uma tendência geral ou uma expectativa, razão pela qual Robin Lakoff referiu-se a este uso de but como negação de expectativa.

Outro argumento que justifica esta interpretação do but em (27c) é que certos usos de but permitem sua substituição por although. Em particular, o but-negação de expectativa parece introduzir mais naturalmente esta troca, enquanto que o but-oposição semântica é substituído, ao menos na fala coloquial, por while. Vejamos como (27c) se comporta com tais conetivos:

(39) Although the door has been open, it isn't
anymore

(40) *While the door has been open, it isn't
anymore.

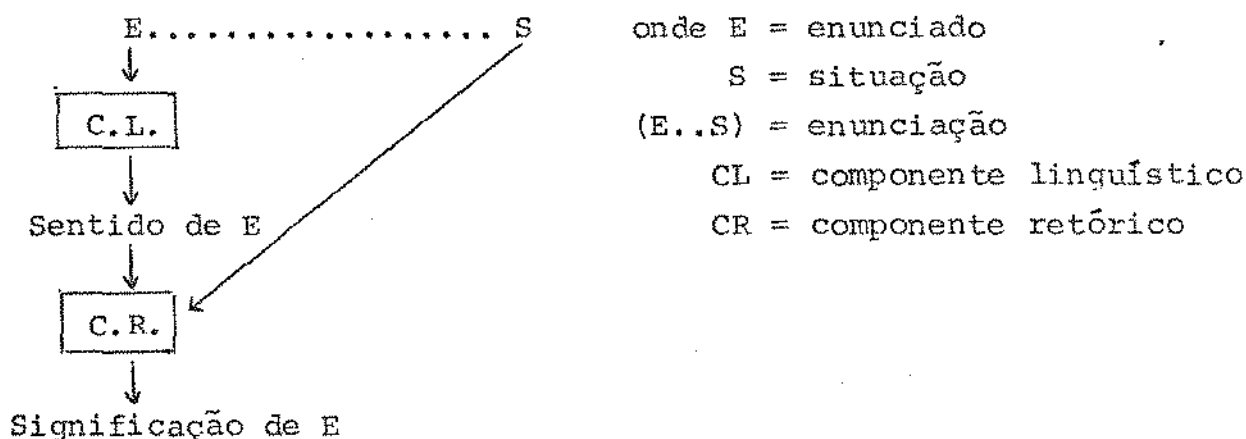
Isso evidencia a correta interpretação do but em (27c) como negação de expectativa. É desnecessário mostrar que essa mesma interpretação também se aplica a (28c) e a (29c).

Dentro do quadro teórico da semântica argumentativa, Ducrot apresenta para a descrição do mas uma proposta que leva em conta a situação de discurso e contém certas variáveis no seu mecanismo de interpretação. A descrição semântica de um enunciado da forma p mas q seria, em linhas gerais, a seguinte:

- a) dado p dito por L
- b) O é levado a tirar a conclusão r
- c) L acrescenta: não o faça, porque q

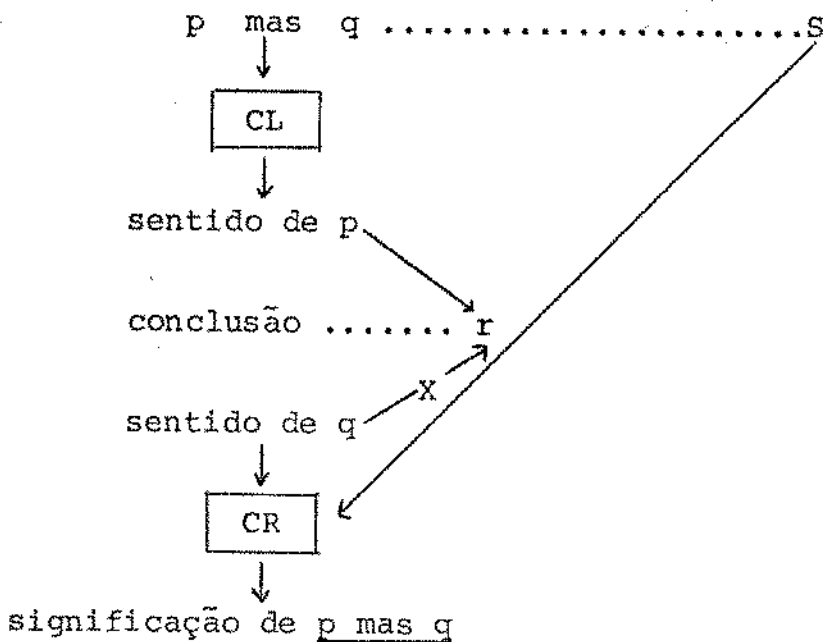
Exemplificando: num enunciado como Ele é bom, mas não gosto dele, destacamos a primeira proposição p (Ele é bom), que leva o interlocutor a tirar uma certa conclusão r (por exemplo, Ele deve ser uma pessoa estimada, Não tem inimigos, etc). A segunda proposição q (Não gosto dele) desvia o destinatário da conclusão r a que ele foi levado pela proposição p, para tanto estando introduzida pelo conetivo mas.

Esta proposta de Ducrot é desenvolvida por Carlos Vogt¹³ a partir do mecanismo de descrição semântica tal como o apresenta Ducrot. Tomando o modelo desse mecanismo:



Carlos Vogt estabelece o seguinte procedimento para um enunciado da forma p mas q:

(13) O intervalo semântico..., op. cit.



Por esse esquema, o CL deve fornecer uma variável r (cujo preenchimento é tarefa do CR que aproveita as informações da situação em que o enunciado é produzido) - conclusão a que leva p e à qual se opõe q , introduzida pelo mas.

Vogt esclarece a seguir que esta proposta só poderá ser efetivamente estabelecida no interior de uma teoria dos atos de fala, que dê conta da marca de enunciação que o mas representa. Nesse sentido, a teoria estruturalista, que concebe a língua como um código, e a teoria gerativa transformacional, que a concebe como sistema de regras explícitas, são insuficientes para dar conta desse conetivo.

Vamos ver agora como a descrição do mas proposta por Ducrot analisa o enunciado (27c). A primeira proposição The door has been open leva o interlocutor a concluir r , por exemplo: A porta continua aberta até agora, ou a um nível mais retórico Você pode entrar quando quiser, conclusão que é desviada pela segunda proposição But it isn't anymore, introduzida pelo conetivo but (mas).

Tanto a descrição de Robin Lakoff, que utiliza o elemento "negação de expectativa" para a interpretação de uma das ocorrências do mas, como a descrição de Ducrot, que faz intervir na análise uma variável preenchida com as informações da situação, foram valiosas para o objetivo que pretendíamos.

O objetivo a que nos referimos não é senão mostrar que a ambiguidade reconhecida por Morrissey nas construções (c)s não tem razão de ser, estando a evidência disso no emprego que aí é feito do conetivo but. Ao usar expansões introduzidas por esse conetivo para justificar a ambiguidade de tais sentenças, Morrissey antes forneceu os meios para justificar a não-ambiguidade das sentenças.

Nesse caso, a única leitura que podemos fazer do perfeito é entendê-lo como continuativo, da maneira como lemos as sentenças (b)s, com o conetivo and. Em outras palavras, o que o but aí faz não é senão orientar a leitura da primeira oração para a direção continuativa, ao introduzir a segunda oração como resultativa, isto é, ao introduzir uma informação que se opõe à orientação apontada pela primeira.

Essas são as considerações que queríamos fazer a respeito, não propriamente da ambiguidade do perfeito, mas da justificação de uma ambiguidade possível através do encadeamento de expansões em que interferem os conetivos, principalmente o mas.

d) A relação de still/any more com o perfeito

Voltemos ao texto de Morrissey, ao ponto em que o autor vai relacionar o perfeito aos advérbios still/any more.

Ele nota que o perfeito tem sido descrito em termos das "consequências", "relevância" ou "fato realizado" de um acontecimento ou estado anterior ao tempo de referência, ou anterior ao momento em que se fala, e que tais definições parecem ter em comum a noção de que dois tempos de referência estão aí envolvidos: um deles é expresso pelo tempo do verbo, e o outro se refere a um tempo anterior, ou prévio, ao tempo indicado pelo verbo. Chama o primeiro de tempo primário de referência e o segundo de tempo secundário de referência.¹⁴

(14) Acredito que essa maneira de descrever tais enunciados, depreendendo nelos dois tempos de referência, poderia ser englobada na descrição que distingue dois elementos de conteúdo do enunciado: um elemento pressuposto, que não se depreende necessariamente do significado literal do enunciado, e de um elemento posto ou assertado. Quem apresenta de maneira exemplar estas noções é Ducrot, O., em Dire et ne pas dire, Collection Savoir, Hermann, Paris, principalmente os três primeiros capítulos.

Por exemplo, nas frases de (27) a (29), o tempo primário de referência é o presente e o secundário é simplesmente o passado.

Em (41), a referência primária é para o futuro, especialmente para "na próxima semana"; a referência secundária é para um tempo anterior, ou o espaço de tempo entre "agora" e "próxima semana".

(41) Next week' he will read the book

De maneira semelhante, (42) se refere a um tempo no passado "sábado passado" e a um tempo anterior a este tempo.

(42) He had read the book last Saturday

Tendo chegado a este ponto, Morrissey retoma os advérbios still/anymore para relacioná-los ao perfeito, através do fato de que ambos têm em comum um tempo secundário de referência, além daquele indicado pelo tempo do verbo. Para melhor esclarecer esse ponto, usa as frases:

(43) Bob is still singing

(44) The door will still be open next week

(45) Bob isn't singing anymore

(46) Next week, the door won't be open anymore

(43) significa:

- a) Ele está cantando no presente (tempo primário de referência) e
- b) Ele estava cantando em algum momento no passado (tempo secundário de referência).

De maneira semelhante, (44) significa:

- a) A porta estará aberta na próxima semana
- b) A porta está ou estará aberta algum tempo antes da próxima semana.

Contrariamente, na negativa, (45) significa:

- a) Ele não está cantando agora
- b) Ele estava cantando antes

e (46) significa:

- a) A porta não estará aberta na próxima semana
- b) Ela está ou estará aberta algum tempo antes da próxima semana.

Por outro lado, Morrissey estabelece uma diferença entre o perfeito e as formas still/anymore, no que toca à importância ou novidade da informação no processo da comunicação: o perfeito privilegia a informação dada pelo tempo secundário de referência, enquanto que as formas adverbiais enfatizam a informação verificada no tempo primário de referência como sendo a mais importante.

Embora essa maneira de descrever tais fenômenos pareça correta, ela nos suscita algumas dúvidas.

Não é difícil de perceber que há vários outros empregos de formas que envolvem também um tempo secundário de referência. Nesse caso, aplicando-se a conclusão de Morrissey, essas formas deveriam também estar correlacionadas ao perfeito da mesma forma que ainda está? Em caso afirmativo, importa verificar se o tempo secundário de referência tem de necessariamente ser o mesmo, isto é, sempre anterior ao tempo primário.

Como a resposta a tais dúvidas viriam certamente contribuir para esclarecer muito mais a questão do perfeito do que a do advérbio ainda - o que levaria o presente trabalho a ultrapassar seus modestos objetivos - deixaremos a resposta para outros estudos, ficando no que nos interessa no momento: mostrar a inconveniência dessa maneira de descrever o advérbio ainda.

Já notamos, em nota de rodapé, que a distinção de dois tempos de referência como decorrência do significado do ainda guarda certa semelhança com a análise do enunciado em posto e pressuposto. Daí chamarmos esta hipótese de "presuposicional" entre aspas.

Tal hipótese pode ser representada pelo esquema: dado um enunciado do tipo

X ainda está no estado E no momento t

onde t representa o tempo do verbo, tem-se:

- a) P: "X está no estado E em t"
- b) PP: "X estava no estado E num momento anterior a t"

Entretanto, percebe-se que tal hipótese, embora sirva para explicar os enunciados do tipo descrito acima, também serve para explicar enunciados que, embora não conte

nham o advérbio ainda, são construídos com verbos de aspecto durativo ou que contenham expressões temporais com esse mesmo valor.

Dessa maneira, enunciados como

(47) A porta ainda está aberta.

(48) A porta continua aberta.

(49) A porta está aberta desde ontem

são analisados com o mesmo esquema descrito acima, apresentando todos a mesma significação, ou seja:

a) P: A porta está aberta neste momento (isto é, o momento presente, o momento da enunciação)

b) PP: A porta estava aberta num momento anterior ao momento presente.

O que isto leva a admitir é que o advérbio ainda possui valor aspectual, seja de durativo, seja de perfeito (nos termos em que Morrissey considera tal aspecto), equivalendo a verbos ou expressões do mesmo valor.

No entanto, existe a possibilidade de combinar o advérbio ainda com termos de valor durativo, como nos enunciados:

(50) A porta ainda continua aberta

(51) A porta ainda está aberta desde ontem

(52) A porta ainda continua aberta desde ontem

Se é verdade que tais enunciados apresentam o processo verbal com uma interpretação durativa, tem-se de admitir que este fato resulta do valor lexical do verbo continuar e da expressão desde ontem.

De acordo com a hipótese pressuposicional, dado que continuar e desde ontem são os termos responsáveis pela introdução do pressuposto "A porta estava aberta num momento anterior ao momento presente" resta a alternativa de atribuir ao ainda a função de enfatizar a relação temporal dada pelo aspecto verbal durativo.

O que essa hipótese diz, no limite de suas consequências, é que o ainda é um elemento que opera como marcador de aspecto durativo, daí sua correspondência com termos co

mo continuar, permanecer, atã agora, desde, etc. Nas sentenças em que a relação aspectual é dada por outros termos, cabe ao ainda a função suplementar de enfatizar essa relação.

Esta análise, portanto, privilegia o caráter adverbial do ainda, quer como elemento aspectual, quer como elemento enfatizador, operando no pressuposto. Com isso, não é difícil entender a diferença apontada por Morrissey entre ele e o perfeito, ao dizer que a "novidade" da informação veiculada pelos advérbios still/anymore se situa no tempo primário de referência (ou seja, no elemento posto), enquanto que, no caso do perfeito, a "novidade" da informação está no tempo secundário de referência (o elemento pressuposto). É que a ação do ainda, como da maioria dos advérbios, se aplica apenas ao posto, deixando invariável o pressuposto.

Embora a hipótese pressuposicional pareça dar conta do papel do ainda neste tipo de enunciados, é preciso verificar se, em enunciados mais complexos, ela continua a se manter. É sabido que enunciados simples, embora concorram para a clareza da exposição, podem envolver a interpretação numa simplicidade aparente, que revela, muitas vezes, apenas o valor superficial de um elemento.

3 - O AINDA COMO MARCA DE ARGUMENTAÇÃO

Imaginemos, então, que ocorra o seguinte diálogo entre dois interlocutores:

A: - Você precisa conhecer Campinas agora ! Está uma verdadeira capital !

B: - É inacreditável ! Campinas era mato ainda no séc. XIX !

A: - Por aí você vê como o progresso foi rápido !

A hipótese pressuposicional vai depreender no enunciado

(53) Campinas era mato ainda no séc. XIX !
os seguintes elementos:

P : Campinas era mato no séc. XIX

PP : Campinas era mato num momento anterior ao séc. XIX
atribuindo ao ainda o papel de introduzir o pressuposto, numa dimensão de valor aspectual.

Percebe-se, sem muita dificuldade, que para compreender o enunciado (53), e compreender também como ele se integra no diálogo em questão, a hipótese pressuposicional é insuficiente. Existem indicações que contribuem para essa compreensão, e conseqüentemente do ainda, que não se conformam com uma simples distinção entre dois momentos temporais.

Tentaremos mostrar que indicações são essas.

Existe no diálogo considerado, um desenvolvimento de raciocínio que parte da informação de que atualmente Campinas é uma cidade grande, passa pela informação de que ainda no séc. XIX era mato e chega à conclusão de que, portanto, o progresso foi rápido. Todas essas etapas de raciocínio são imprescindíveis para se compreender o papel do ainda no enunciado (53).

Isto quer dizer que tem-se de fazer menção ao momento em que o enunciado foi proferido, ao momento veiculado no próprio enunciado, ao momento pressuposto pelo enunciado e finalmente, ao momento em que o estado de coisas descrito no enunciado deixou de existir.

Esquemmatizando:

T_0 = tempo da enunciação

T_1 = tempo da proposição assertada no enunciado com ainda

T_2 = tempo da proposição pressuposta pelo enunciado com o ainda

T_3 = tempo em que o estado de coisas descrito pelo enunciado com o ainda deixou de existir.

Seguindo este esquema, (53) pode assumir as seguintes indicações:

T_0 = 1977

T_1 = qualquer momento do séc. XIX (possivelmente o final do séc. XIX)

T_2 = qualquer momento anterior a T_1

T_3 = qualquer momento entre o fim do séc. XIX e 1977.

Para quem conhece Campinas atualmente ($=T_0$) e sabe que Campinas foi mato algum dia no passado ($=T_2$), seria plausível a hipótese de que Campinas não era mais mato, pelo menos já no final do séc. XIX ($=T_1$), o que entretanto, não é verdade. A hipótese de que T_3 precede T_1 não se verificou. E é

aí que opera o ainda: ele contradiz essa expectativa plausível. Ele introduz no enunciado um "sentimento" ou apreciação quanto à localização de dois momentos do tempo.

Isto é: conhecendo a situação de Campinas em T_2 , e diante da informação de A em T_0 , B se surpreende que em T_1 Campinas ainda era mato, esperando que nesse tempo já não o fosse, o que entretanto só vem a ocorrer em T_3 . É no sentimento de expectativa de B: " T_3 deve proceder T_1 ", que A encontra apoio para concluir que o progresso da cidade foi rápido, dado que T_3 se verifica posteriormente a T_1 .

Se estas indicações foram apontadas corretamente, e se elas realmente levam à compreensão do valor semântico do advérbio ainda numa estrutura do tipo "X ainda está no estado E no momento t", de maneira mais satisfatória do que a chamada hipótese pressuposicional, teremos de assumir alguns pressupostos que estão envolvidos nesta descrição.

Não creio que se possa dizer que estas novas indicações apontadas para a análise de enunciados como (53) constituem apenas uma complicação ou uma sofisticação da hipótese pressuposicional.

É preciso notar que, ao introduzirmos o elemento "expectativa do locutor" relativamente à sua apreciação de dois momentos do tempo, deslocamos o fato linguístico de uma dimensão interpretativa puramente informativa, para uma dimensão, digamos, pragmática, em que também importa a atitude do locutor perante o processo da comunicação.

Este é o ponto fundamental deste trabalho.

Acredito que para uma abordagem semântica satisfatória e eficaz da palavra ainda, em português, a análise deve ser desenvolvida dentro de uma linha teórica que faça sobressair a existência e a importância dos fatos relativos à enunciação dentro do próprio enunciado.

Isto porque existem elementos na língua, como a conjunção mas, a conjunção pois que, a estrutura comparativa, o mesmo, o ainda, o também, que, ao serem enunciados, remetem ao próprio universo da enunciação. Tais elementos possuem a propriedade particular de veicularem informações que dizem respeito mais a atitudes, sentimentos, crenças dos interlocutores que se defrontam na atividade da linguagem do que a fatos ou coisas

do mundo físico. Eles constituem, por isso, marcas de subjetividade ou marcas de argumentação.

Para entender tais marcas, a análise tem de se desenvolver num espaço teórico que, ao admitir que a fala se introduz no interior da própria língua, percorre um caminho que vai de Saussure ao filósofos da linguagem.

Explico melhor: ao admitir que a enunciação se introduz no enunciado, ou que a fala se introduz na língua ¹⁵, o que se está dizendo é que a distinção saussuriana língua/fala não é tão inflexível quanto parece ser a barra que os separa. Essa, dentre as dicotomias saussurianas, parece ter sido a que mais sofreu contestações no desenvolvimento da linguística, até ser tocada, de forma mais bem acaba, nos trabalhos da filosofia analítica inglesa. Se tais trabalhos interessam aos linguistas, é porque eles rompem, de maneira bastante profunda, com a concepção saussuriana da língua.

No entanto, mesmo antes do aparecimento dos trabalhos dos filósofos de Oxford, alguns trabalhos de linguistas já procuravam apontar alguns fenômenos que não encontravam seu lugar de existência apenas num dos lados da barra.

Assim é que Jakobson ¹⁶, percebendo o desdobramento de funções do código e da mensagem, colocou em destaque a noção dos dêiticos ¹⁷, classe especial de unidades gramaticais, cuja significação não pode ser definida sem referência à mensagem. Trata-se de elementos do tipo - código remetendo à mensagem. É o caso do pronome "eu". Os dêiticos, para Jakobson, participam da classe dos símbolos-índices, por estarem associados ao objeto representado, por uma regra convencional (símbolo) e por estarem em relação existencial com o objeto que apresentam (índice). Assim, "eu" designa a pessoa que fala, ao mesmo tempo em que está em relação existencial com este objeto.

(15) É preciso não se iludir com a simplicidade destas fórmulas, que podem levar a mal-entendidos. Quem faz reparos neste sentido é Ducrot, O. no cap. X "Estruturalismo e enunciação" de Dizer e não dizer - Ed. Cultrix, SP, 1977.

(16) Essais de Linguistique Générale, Cap. IX "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe", Paris, Minuit, 1963, p. 176-196.

(17) Emprego esse termo para me referir apenas à dêixis indicial, isto é, aquela que está diretamente ligada aos problemas da enunciação, desprezando, com o termo, a dêixis anafórica, que pertence à sintaxe da língua. Cf. fr. "embrayeur" e o ingl. "shifter".

Émile Benveniste ¹⁸, voltando-se para o problema que chamou de subjetividade da língua, afirma que "c'est dans et par le langage que l'homme se constitue comme sujet; parce que le langage seul fonde en réalité, dans sa réalité qui est celle de l'être, le concept d'"ego" ". (p. 259, grifos do autor).

Assim, a comunicação deve sua existência a uma troca recíproca daquele que se coloca como sujeito, e se refere a si próprio em seu discurso como "eu" e ao outro como "vo_{cê}", e daquele que é colocado como "vo_{cê}" e assume "eu" quando sujeito de seu próprio discurso.

Dentro do domínio da subjetividade, também se encontra a expressão da temporalidade: qualquer que seja o tipo de língua, a linha divisória do tempo é sempre uma referência ao presente, definível apenas no interior do discurso, e por referência ao qual o passado e o futuro se organizam.

É também a subjetividade do discurso que transforma a enunciação de certos verbos na realização dos atos que eles significam. Assim, a enunciação de "eu juro", "eu prometo", "eu garanto" se identifica com o ato de jurar, prometer, garantir, enquanto que a enunciação dos mesmos verbos na terceira pessoa: "ele jura", "ele promete", "ele garante", não faz mais do que descrever a ação contida no verbo, e não realizá-la, como era o caso anterior. Isto Benveniste explica, pelo fato de "ele" não remeter a nenhuma pessoa da enunciação ("eu" ou voce"), porque se refere a um objeto colocado fora dele. Esse reconhecimento coloca o discurso, a enunciação, numa posição de destaque e evidência, por ser o lugar em que uma série de fenômenos linguísticos nascem e aí terminam.¹⁹

(18) Cf. Problèmes de Linguistique Générale, já citado, Cap. XXI "De la subjectivité dans le langage", p. 258-266.

(19) A título de confronto, a análise de Benveniste do pronome "eu" o situa inteiramente na área do discurso, da fala, da enunciação, enquanto que a de Jakobson integra o mesmo pronome tanto na língua (como símbolo), quanto no discurso (como índice). Para Benveniste, não há um conceito de "eu", que englobe todos os "eu" que se enunciam a cada nova instância da fala, como há, por exemplo, um conceito "árvore" ao qual remetem todos os empregos individuais da palavra árvore.

Benveniste se coloca assim numa das duas grandes perspectivas que Tzvetan Todorov²⁰ distingue no trato da linguagem: aquela que entende a língua como atividade manifestada nas instâncias do discurso. A outra perspectiva entende a língua como um repertório de signos combinados num sistema. Para assumir essa dupla função, a língua dispõe de uma classe de elementos que torna possível a conversão da linguagem em discurso. São os elementos indiciais, pragmáticos ou subjetivos, aos quais pertencem o tempo, a pessoa, os verbos de fala, tal como os descreve Benveniste.

Todorov distingue quatro tipos de categorias que se encontram integradas no aspecto indicial da linguagem: os interlocutores (organizados a partir do pronome "eu"); o tempo da enunciação (a partir do "presente"); o lugar da enunciação (estruturado em torno do "aqui"); e suas modalidades (elementos linguísticos que põem os interlocutores em relação com o enunciado). A modalidade, como diz Todorov, é a categoria mais complexa, englobando problemas relacionados com o registro emotivo da linguagem. Assim, é dentro desta categoria que estaria situado o estudo do advérbio ainda, conforme o explica a análise que proponho, responsabilizando-o pela manifestação de um juízo de valor.

A descoberta dos enunciados performativos, pelo filósofo J.L. Austin²¹, assim como sua teoria sobre os atos de fala, - tidos como o ponto de partida da filosofia analítica inglesa - aparecem no sentido da mesma contribuição.

Austin designa como performativos certos enunciados que não se apresentam como descrições de uma ação, mas que possuem uma propriedade particular de realizarem, através de sua enunciação, a ação que eles descrevem. Um exemplo: quando alguém diz "eu prometo", está justamente realizando o ato de prometer. Isto se aplica também para enunciados como "eu ordeno", "eu permito", "eu juro", etc. Compreendendo assim esses enunciados, os filósofos puxam a enunciação para uma posição de prioridade.

(20) "Problèmes de l'enonciation", Langages 17, Paris, Didier-Larousse, março 1970, p. 3-11.

(21) How to do things with words, já citado.

Para evitar que se entendesse os performativos como uma exceção dentro da língua, Austin construiu uma nova noção - a de ato ilocucional, destinada a englobar o conceito de performativo. Tomando como exemplo a frase Será que vai chover amanhã ?, realiza-se, segundo Austin, três atos completamente diferentes: um ato locucional, que compreende uma atividade de ordem fonética, uma de ordem gramatical e uma de ordem semântica; um ato ilocucional, que surge da própria enunciação, das relações que ela institui entre o emissor e seu interlocutor. No caso, sendo o enunciado uma pergunta, fica estabelecida uma obrigação de responder, por parte do interlocutor, sob pena de sua recusa ser tida como mostra de grosseria, indiferença, má-educação. Por último, um ato perlocucional, para o qual intervêm leis cuja aplicação ultrapassa o campo do discurso. Assim, alguém pode usar a pergunta Será que vai chover amanhã ? para obter, junto a um destinatário determinado, resultados como: possibilitar-lhe mostrar seus conhecimentos de meteorologia, ou, ao contrário, fazer o destinatário responder que nada sabe sobre isso, revelando sua ignorância, ou ainda levá-lo a fazer uma promessa, ou simplesmente reatar uma conversa, etc.

Admitindo e distinguindo estes diferentes atos, Austin contribuiu para mostrar quão frágil é a dicotomia saussuriana língua/fala. Certos efeitos da fala sobre a situação de discurso são regidos por convenções que não estão registradas na língua, mas são frutos do próprio ato de enunciação.

E voltamos então à implicação teórica que deve subjazer na descrição semântica de uma língua: inserir no enunciado marcas relativas à sua enunciação.

É neste sentido também que estudos sobre a pressuposição linguística, principalmente o tratamento que lhe dá Ducrot²², vêm marcar sua contribuição.

Para Ducrot, o pressuposto é uma forma de implícito que está no enunciado, constituindo o conteúdo de um ato de fala particular, o ato de pressupor. Daí, participar ele tanto da natureza dos fatos da língua, quanto da natureza dos fatos da fala. Ora, admitir isso é admitir também a fragilidade da distinção entre língua/fala.

(22) Esse tratamento está exposto de maneira bastante cabal em Dire et pas dire, op. cit., principalmente no terceiro capítulo "La notion de pressuposition: l'acte de pressupposer", p. 69-101.

Mais recentemente, as pesquisas linguísticas de detalhe, que fazem a descrição semântica de morfemas determinados ²³ evidenciam a exigência da descrição semântica se situar dentro da atividade do discurso, hipótese que não cabe numa linguística de tipo saussuriano, que opõe a língua à ação de utilizar a língua, além de não facultar ao linguista o estudo desta ação.

Tais morfemas são tratados, nessa hipótese, como marcas de argumentação na língua. O que suporta essa interpretação é o fato de se admitir não apenas que muitos atos de enunciação têm função argumentativa, mas que esta função tem marcas na própria estrutura do enunciado. O valor argumentativo de uma frase não é somente consequência das informações que ela contém, mas também de morfemas, expressões ou torneios que ela contém, e que servem para orientar argumentativamente o enunciado, isto é, levar o destinatário a seguir ou a desviar-se de uma determinada direção.

Por exemplo: dizendo A pois que B, o locutor não apenas informa que o conteúdo de A é implicado pelo conteúdo de B. Muito mais do que isso: leva o destinatário a admitir A, pela implicação de A por B. A significação de pois que, portanto, é servir para realizar um ato de argumentação.

Outro exemplo de enunciado que contém em si mesmo uma alusão à caracterização argumentativa das proposições que o constituem é A mas B. A descrição semântica desse enunciado é proposta assim:

- a) dado A
- b) o destinatário é levado a tirar a conclusão r
- c) o locutor acrescenta: não o faça porque B.

Donde se percebe que a utilização argumentativa do enunciado, longe de estar adjunta à língua, está inscrita nela e mesmo prevista em seu organismo interno.

(23) São exemplos de pesquisas desse tipo, a descrição do mas, por Ducrot, principalmente em Dire et ne pas dire, op. cit.; do mesmo, por J.C. Anscombre em "Même: le roi de France est sage", Communications, 20, 1973, p. 40-82; das conjunções car, parce que e puisque, por Ducrot, O. et alii, artigo inédito; das mesmas conjunções, no português, por Vogt, C. em "Indicações para uma análise semântica do porque, já que e pois que", inédito; do também, por Vogt, C. em O Intervalo Semântico, obra citada; além de outras.

É isto que prova também a descrição semântica de mesmo. J.C. Anscombe²⁴ mostra a impossibilidade de dar uma descrição puramente informacional a um enunciado como Mesmo Pedro veio. O fato fundamental, para ele, é que este enunciado é utilizado para provar alguma coisa (por exemplo, o sucesso de uma reunião), sendo apresentado como um argumento forte, e, em alguns contextos, até decisivo.

Essas marcas de argumentação na língua situam-se, para Vogt²⁵, no intervalo das dicotomias língua/fala, competência/performance, enunciado/enunciação, justamente no espaço em que a linguagem é atividade. Seu estudo sobre a comparação e alguns operadores de argumentação marca uma postura teórica bem definida contra a rigidez de tais dicotomias.

É por entender que o ainda constitui uma dessas marcas de enunciação, de subjetividade ou de argumentação que acredito na necessidade de desenvolver sua descrição semântica dentro de uma linha teórica que privilegie os fatos relativos ao universo da enunciação.

O que farei daqui pra frente não é nada mais do que seguir, com a análise de alguns enunciados com o ainda, esta crença.

(24) "Même le roi de France est sage", obra citada

(25) O intervalo semântico..., obra citada

CAPÍTULO III

O AINDA COMO MODIFICADOR DO ADVÉRBIO DE TEMPO

Para tentar depreender a significação do advérbio ainda, no caso em que ele é modificador de um advérbio de tempo, vamos considerar o seguinte diálogo extraído de um artigo de Plínio Marcos.¹

"Estamos eu, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueiro, num boteco das quebradas do mundaréu, paplando sobre o carnaval que passou, quando pia na parada o Sílvio Modesto. Ele dá um alô:

- O Edson Arco-Iris foi falar com Deus.
- O Édson ?!
- Mas ele ainda ontem desfilou pela Mocidade Alegre no carnaval.
- Mas ele ainda ontem, quarta-feira de Cinzas queria guerra pela Mocidade Alegre.
- Mas ele ainda ontem era o mais assanhado na festa da choradeira da Mocidade Alegre.

(1) "Gurufim não come", publicado em A Folha de São Paulo, Folha Ilustrada, 19/3/77, p. 40.

Pois é. Tudo foi ontem. Mas a gente sabe que basta estar vivo pra morrer. A gente sabe, mas ainda se espanta diante da morte".

Diante da notícia da morte do sambista, três amigos manifestam, cada um a seu tempo e do mesmo modo, a sua incredulidade perante o fato da morte, invocando em favor dessa incredulidade os antecedentes dos dias anteriores, apresentados num clima de gradação crescente: o desfile da escola, a luta pela classificação e a alegria final da colocação.

Antes de concentrar a atenção no emprego do advérbio ainda neste texto, gostaria de dizer uma palavra acerca do modo como se organiza a fala dos interlocutores no diálogo considerado.

Pode-se dizer que a fala dos três amigos a quem é noticiada a morte de Édson Arco-Iris se insere no diálogo como uma réplica à fala daquele que noticiou a morte, na tentativa de recusar o transmitido, pelas evidências dos feitos do falecido "ainda ontem".

Pelas falas dos amigos, percebe-se que eles não aceitam a morte como um fato pontual, instantâneo, imprevisto, acontecido sem antecipações. Sua visão da morte é que ocasiona o espanto e a incredulidade. Se eles aceitassem a morte como um prolongamento natural da vida, argumentariam não com uma réplica, mas com um enunciado que demonstrasse sua conformação ao inevitável.

Essa visão pessoal e subjetiva da morte emerge de chofre, instantaneamente, no momento mesmo em que se inicia a comunicação. Porque depois, passado esse primeiro momento de intensa emotividade, vem a reflexão, e o autor, que é também um dos personagens do diálogo, reconhece a fatalidade do "basta estar vivo para morrer".

Dissemos anteriormente que as falas dos três amigos constituíam réplicas à fala do primeiro interlocutor. Queremos agora precisar o que se pode entender quando dizemos que, num diálogo, o enunciado de um interlocutor constitui uma réplica ao enunciado do outro.

É preciso notar, a esse respeito, que as fa

las dos três amigos são introduzidas pela conjunção mas.²

Apenas a título de lembrança: num enunciado p mas q p é um argumento para uma conclusão qualquer r, enquanto q é argumento para uma conclusão -r (não-r), contrária ou oposta a r. É em virtude dessa orientação disjuntiva, que se atribui à conjunção mas a responsabilidade pelo alinhamento de argumentos em classes argumentativas opostas. Dizemos, a partir disso, que a conjunção mas organiza o discurso polemicamente, ao introduzir um enunciado mas q sempre em oposição ao enunciado p.

Transpondo o que sabemos sobre a conjunção mas para a situação concreta de diálogo que estamos tentando descrever, podemos dizer que à fala do primeiro interlocutor se opõem as falas dos três amigos, adequadamente introduzidas pela conjunção mas.

No entanto, resta esclarecer exatamente o que se opõe a quê, onde se dá essa oposição, em que nível ela se verifica.

Não podemos negar que, já no nível do conteúdo dos enunciados se instala um tipo de oposição, sustentada pela oposição ideológica vida/morte.

No entanto, é em outro nível que se pode depreender, com maior clareza e acerto, a verdadeira oposição entre tais enunciados: a oposição acionada pela conjunção mas, e em nome da qual se vai justificar a aplicação do termo réplica à fala dos três amigos.

Essa oposição vai se efetuar no nível argumentativo ou retórico em que se situam as falas dos três amigos. Ela responde a indagações como: para que serve o enunciado tal qual foi proferido? o que exatamente faz o locutor que o enunciou? o que pretende conseguir o locutor que o enunciou? que atitude ele assume perante seu interlocutor?

(2) Já tratamos de maneira mais detalhada da conjunção mas, conforme a descrevem Ducrot e Vogt, no capítulo II, principalmente páginas 23 a 24.

cutor ? É neste nível que podemos desvendar de maneira mais satisfatória como se articula o diálogo em questão.

Vamos sugerir a seguinte interpretação: o primeiro interlocutor chega ao boteco em que estão conversando três amigos seus e lhes comunica a morte de um companheiro de samba, através da enunciação de (1).

(1) O Edson Arco-Iris foi falar com Deus.

Embora esta sua fala parece estar num nível de linguagem simplesmente informativo ou comunicativo, ela não é totalmente desprovida de argumentação. O locutor, através dela, deixa transparecer uma atitude de empatia para com o morto, demonstrada também na fala dos amigos. Considere-se, para isso, o emprego eufemístico de "falar com Deus".

Os amigos, ao ouvirem tão desairosa notícia, nagam-se a acreditar no sucedido, justificando sua atitude de descrença com argumentos como: "Mas ele ainda ontem fez X, fez Y, fez Z..." Estas falas estão carregadas de argumentação: Elas não apenas revelam a atitude de descrença dos amigos face ao conteúdo da fala de Sílvio Modesto, mas revelam ainda uma certa atitude polêmica face ao próprio ato de fala de Sílvio Modesto.

Para melhor esclarecer a noção de função polêmica e de réplica do diálogo, vêm bem a propósito as considerações de M. Bakhtine³, quando diz:

"Dans la polémique cachée, le mot de l'auteur est, comme n'importe quel autre mot, dirigé sur son objet, mais chaque affirmation se construit de manière à avoir en plus de sa signification objectale, un effet polémique sur le mot d'autrui. Dirigé sur son objet, le mot se heurte dans l'objet même au mot d'autrui qui, lui, n'est même pas reproduit mais seulement suggéré; et cependant, la structure du discours serait toute différente s'il n'existait pas cette

(3) La poétique de Dostoievski, Cap. V "Le mot chez Dostoievski", Éditions du Seuil, Paris, 1970. Neste capítulo, o Autor procura caracterizar os diferentes tipos de enunciados na prosa de Dostoievski, para o que constrói uma classificação fundada em três grandes categorias de enunciados, que são, em síntese: o discurso do autor, o discurso do personagem, e o discurso do outro utilizado pelo autor com fins pessoais. É nesta última categoria que se situam a réplica e a polêmica além de outros fenômenos como a estilização, a paródia, o discurso do narrador, etc.

réaction au mot d'autrui sous-entendu. (...) Dans la polémique cachée, le mot d'autrui est repoussé et c'est son rejet, tout autant que l'objet dont il est question, qui détermine le mot de l'auteur. Cela modifie radicalement la sémantique du mot: à côté du sens objectal on en voit apparaître un second - l'orientation sur le mot d'autrui. On ne peut réellement comprendre cette sorte de mots en ne considérant que leur signification objectale directe. La coloration polémique du mot apparaît également dans d'autres traits de la langue: l'intonation, la construction syntaxique, etc". (p. 255).

E mais adiante:

"Il y a une analogie entre la polémique cachée et la réplique de tout dialogue important, profond. Tout mot d'une telle réplique est dirigé sur son objet et en même temps réagit fortement au mot d'autrui par une réponse ou une anticipation. Ces deux derniers moments pénétrant profondément à l'intérieur du mot intensément dialogisé. Celui-ci absorbe, boit en quelque sorte les répliques d'autrui et s'acharne à les digérer". (p. 256).

Vamos nos deter agora no valor semântico e pragmático do advérbio ainda, nos enunciados dos três amigos. Como os três enunciados respondem a uma mesma fala e têm todos a mesma direção semântica, vamos considerar apenas o primeiro deles, admitindo a extensão da análise que fizemos aos outros dois.

(2) Mas ele ainda ontem desfilou pela Mocidade Alegre no carnaval.

Podemos distinguir, numa primeira etapa, neste enunciado, dois elementos de seu conteúdo, a saber:

C_1 = Ele desfilou pela Mocidade Alegre no carnaval

C_2 = Este fato se deu ontem

No entanto, como se pode perceber logo de início, estes mesmos elementos de conteúdo apontados para (2) também se prestam para a análise de (3), sem o ainda.

(3) Mas ele ontem desfilou pela Mocidade Alegre no carnaval.

E tal descrição não é, portanto, adequada para o que pretendemos, que é justamente trazer à tona o valor do advérbio ainda.

Tentaremos, então, precisar em mais detalhes o conteúdo de (3).

Percebe-se que o escopo imediato do advérbio ainda é outro advérbio - ontem - que é de tempo. Talvez, então, enveredando por esta picada, consigamos alguns resultados mais alentadores.

Para tanto, vamos fazer intervir na análise não só o tempo da proposição assertada na oração com o ainda, mas também o próprio tempo em que se realiza o discurso isto é, o tempo da enunciação, o tempo no qual se realiza a atividade da linguagem. Chamaremos a esse tempo da enunciação de T_0 . O tempo que vem informado no enunciado será chamado de T_1 .

E precisamos ainda de distinguir mais duas coordenadas temporais: o tempo da proposição pressuposta pela oração com o ainda - que será chamado de T_2 - e o momento em que o estado de coisas descrito na oração com o ainda deixou de existir - que será o T_3 .

Vamos agora preencher essas variáveis com os elementos que o enunciado, e mais a situação particular de discurso, nos informam.

Supondo que T_0 seja 23 de fevereiro de 1977, os outros momentos do tempo podem assumir os seguintes valores:

T_1 = 22 de fevereiro de 1977

T_2 = o espaço de tempo anterior a 22 de fevereiro de 1977 - (ou seja, o tempo em que Edson Arco-Iris era vivo).

T_3 = qualquer momento entre 22 e 23 de fevereiro de 1977 (momento em que Edson Arco-Iris morreu)

O que percebemos, à primeira vista, é que a descrença dos amigos parece incidir na brusca mudança de situação que se efetua no espaço de tempo que vai de T_3 a T_1 . Mas o que nos autoriza a falar em "brusca" mudança de situação para caracterizar a incredulidade e inconformismo dos amigos do falecido, antes a notícia de sua morte ?

Vejamos. Para tais amigos, que sabem que Edson Arco-Iris estava vivo em T_2 , e que também estava vivo em T_1 (= ontem), o esperado seria que ele também estivesse vivo em T_0 . Há a hipótese plausível da permanência da situação de T_1 em T_3 . Entretanto, a ocorrência da morte em T_3 vem desfazer essa hipótese, contradizendo a expectativa dos amigos.

Por aí se justifica o fato de falarmos em "brusca" mudança de situação: é a mudança que não é esperada nem suspeitada. Quando ocorre, ela vem se chocar com uma expectativa que lhe é contrária.

E justamente aí entra o valor do ainda. Cabe-lhe a função de revelar a expectativa que se desfez, com relação à localização de dois momentos no tempo, ou seja, T_1 e T_3 .

Como essa expectativa é uma expressão da subjetividade do locutor, esta descrição vem confirmar a hipótese desse trabalho: que as enunciações que comportam o ainda carregam sempre uma apreciação do sujeito da enunciação sobre o fato predicado no enunciado.

Nas ocorrências do ainda, tendo como escopo um advérbio de tempo, essa apreciação pode ser traduzida como uma apreciação sobre o espaço de tempo compreendido entre dois momentos temporais que se acham envolvidos na significação do enunciado.

É talvez devido a uma apreciação desse tipo que, no enunciado (2), o espaço de tempo entre T_1 e T_3 é tido pelo locutor como pequeno demais para conter a enormidade do fato que é a morte do amigo. É como se ele não cresse na morte do amigo por ela ter se dado num espaço de tempo tão pequeno quanto é a duração de um dia⁴.

Vê-se, assim, por esses breves apontamentos que perseguiram a apreciação no ainda, como modificador do

(4) Embora nesse enunciado (2) a apreciação do locutor recaia sobre um espaço de tempo - um dia - que pode ser julgado objetivamente como pequeno pelo senso comum (o que poderia anuviar a subjetividade que há nesse julgamento), não é de modo nenhum obrigatório que as coisas se passem sempre dessa maneira, até ao contrário. É possível encontrar enunciados em que a apreciação do locutor transforma um espaço de tempo objetivamente tido como grande em pequeno (cf. o enunciado já citado no cap. anterior: Campinas era mato ainda no séc. XIX) e vice-versa (cf. Ele vai demorar ainda um dia para terminar o trabalho ou então Ainda faltam dois segundos para o avião aterrissar).

advérbio de tempo, a exigência de um tratamento semântico que inclua, no seu mecanismo de descrição, a presença do sujeito da enunciação com todo seu potencial de subjetividade.

Creio que é apenas através de um tratamento desse tipo que se poderá dar conta da interferência do que chamamos de "expectativa do locutor" no conteúdo da proposição as sertada.

CAPÍTULO IV

O AINDA NA ESTRUTURA COMPARATIVA

Ao tentarmos descrever o valor semântico do ainda, quando este interfere na comparação, teremos de mencionar, logo de início, o estudo que Carlos Vogt¹ fez da estrutura comparativa, porque esta descrição utiliza elementos desse estudo.

Buscando as marcas da intersubjetividade na língua, Vogt esbarrou na estrutura comparativa e, percebendo o alto grau de argumentação que esta estrutura comporta, deteve-se nela. Enfocou-a sob o prisma da teoria semântica argumentativa e mostrou que ela é uma estrutura argumentativa por excelência, o que vale dizer que "ela estabelece no ato mesmo da enunciação uma escala em que os enunciados se dispõem numa relação de grau (mais fortes, menos fortes, etc.), desfrutando de uma ambiguidade estrutural (relativamente à organização tema/comentário) que se presta menos à informação do que à argumentação, propriamente dita, em favor de um julgamento"².

(1) O intervalo semântico - Contribuição para uma teoria semântica argumentativa, obra citada.

(2) Ibidem, p. 45.

Dispondo de antemão de uma estrutura que já é argumentativa e acreditando que o ainda seja um elemento que dispõe os fatos do mundo segundo uma ordem argumentativa ou retórica, temos diante dos olhos um fenômeno que, se interpretado com 'engenho e arte', levará a resultados cujas consequências farão corroborar a visão da língua, não como um sistema abstrato de relações, mas como o lugar efetivo em que se exercitam as subjetividades dos interlocutores.

O dado a ser analisado foi extraído de uma propaganda que circulou abundantemente nos meios de comunicação de massa do país, dada a urgência do tema: economia de combustível.

A chamada dessa propaganda é constituída pelo enunciado:

(1) Andar devagar pode ser chato, mas parar é pior ainda.

Antes de focar mais de perto a estrutura comparativa e o papel que nela toca ao advérbio ainda, gostaria de dispensar, de forma breve, uma palavrinha a elementos que figuram no enunciado (1), como o emprego do modal de possibilidade, a caracterização do primeiro termo da comparação e a interferência da conjunção, os quais contribuem para em prestar ao enunciado uma configuração nitidamente argumentativa.

O emprego do modal tem aí sua razão de ser. Se a função linguística, em geral, das propagandas é conativa ou apelativa, isto é, dirige a mensagem diretamente ao destinatário, objetivando uma mudança de comportamento, a perspectiva para a qual se busca orientar o destinatário deve ser pintada com todas as cores do arco-íris, para fazer passar o argumento sem, ou com o mínimo de restrições.

No caso específico, estando o destinatário concretizado na imagem do motorista que não gosta de andar devagar, e sendo o objetivo da propaganda convencê-lo das vantagens de andar devagar, não seria conveniente que se afirmasse categoricamente: andar devagar é chato. Como também não o seria a afirmação contrária: andar devagar não é chato, pois que predisporia o destinatário, já de cara, a não aceitar os argumentos que justificam a pretendida mudança comportamental.

Vê-se, pois, que já desde a escolha dos termos, uns em desfavorecimento de outros, o emissor procura conduzir o destinatário pelos meandros da argumentação, sempre no intuito de fazer soar mais alto os argumentos que devem conduzir o destinatário para a conclusão desejada.

Quanto ao adjetivo chato, aplicado ao primeiro termo da comparação andar devagar, é preciso que se diga que seu emprego instaura, dentro do próprio terreno da argumentação, uma escala de valores, cuja orientação vai, por exemplo, de chato a chatíssimo, de tal forma que chato seja um argumento mais fraco do que bastante chato e muito mais fraco do que chatíssimo.

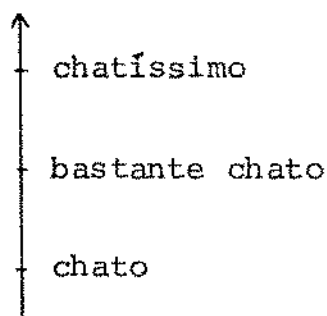


Fig. 1

Dado que é justamente andar devagar o comportamento para o qual se procura orientar o destinatário dessa propaganda, isto é, a pílula a ser dourada, é fácil entender a atribuição de um adjetivo argumentativamente mais fraco a este termo (o valor dado a esse adjetivo reside justamente na sua situação argumentativa, isto é, no seu lugar dentro da escala apresentada na Fig. 1).

Levando-se em conta que andar devagar está sendo comparado a parar, dentro do campo semântico do adjetivo chato, poderemos situar estes dois termos numa escala semântica orientada para chato, de modo que andar devagar se situe, nesta escala, abaixo de parar, vale dizer, andar devagar é um argumento fraco para a conclusão chato.

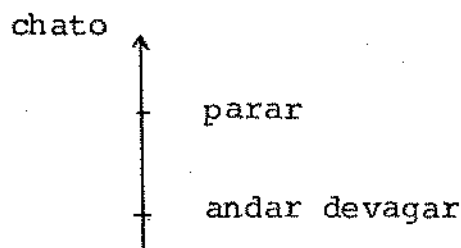


Fig. 2

Ora, através de um movimento retórico, um argumento fraco para uma conclusão r qualquer passa a ser um argumento de fraqueza para essa mesma conclusão. No limite, esse argumento fraco passa até mesmo a ser um argumento contrário a r, em outras palavras, um argumento favorável a -r.

Isso significa significa dizer que um argumento fraco para r pode constituir-se num argumento forte para -r.

No caso do enunciado (1), o argumento andar devagar, caracterizado numa situação de fraqueza dentro da escala de chato, pode constituir um argumento forte dentro da escala de agradável, por exemplo. Assim:

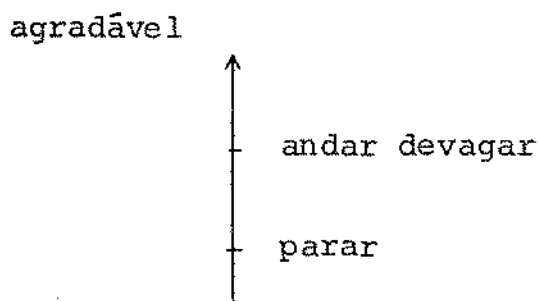


Fig. 3

A partir disso não é difícil entender porque o enunciado da chamada da propaganda, ao apresentar a comparação de andar devagar com parar na escala de chato, o faz situando o primeiro deles numa posição argumentativamente mais fraca e o segundo numa posição argumentativamente mais forte. É justamente a situação de fraqueza de andar devagar na escala de chato que permite introduzir os argumentos favoráveis a andar devagar.

Essas considerações sobre o caráter argumentativo do emprego do modal de possibilidade e da caracterização de andar devagar como um argumento fraco dentro da escala de chato nos permitem ver melhor em que se sustenta a introdução dos argumentos a favor de andar devagar, no corpo da propaganda. Esses argumentos estão aí assim especificados:

"Andando mais devagar, a gente vai descobrir do coisas que jamais os 120, 130, 140 km nos deixaram passar

pela cabeça. A paisagem fica mais bonita, a natureza é toda nossa e temos tempo até de conhecer as pessoas que estão em nosso caminho. Um mundo diferente, cheio de surpresas gratificantes. Um mundo mais humano. Sem os riscos da alta velocidade. E ainda por cima, a gente economiza. De 20 a 25%".

Para melhor atingir seus objetivos de propaganda, o texto linguístico vem acompanhado de uma sequência de placas de advertência de controle de velocidade, dispostas numericamente em ordem decrescente, a partir da velocidade máxima permitida pela complexidade da situação, passando pela velocidade 0 km e chegando finalmente à racionalização extrema: andar a pé.



Fig. 4

É preciso notar que a inclusão de uma placa com a figura de dois pés, na própria escala que acompanha o texto da propaganda, contribui para trazer a verdadeira dimensão que se deve dar ao termo parar, tal como deve ser lido no enunciado (1).

O seu emprego aí tem o valor de andar a pé, assim como andar devagar assume o valor da expressão andar de carro.

Nesse sentido, a comparação que aparece no enunciado (1) tem, efetivamente, como termos comparantes andar de carro e andar a pé.

Creio que é a argumentatividade própria da estrutura comparativa que permite o estabelecimento da proporção:

parar: andar devagar : : andar a pé : andar de carro

que relaciona valores semânticos situados em níveis diferentes: no nível da literalidade, os termos da primeira relação; e no nível da argumentação, os termos da segunda relação.

Para proceder à passagem do nível literal ao nível argumentativo, o destinatário realiza um movimento retórico, no qual interferem as intenções do locutor na situação específica de enunciação. Talvez esse movimento retórico possa ser identificado com o tipo de raciocínio efetuado pelo destinatário ao interpretar litoticamente um enunciado, ou seja: "se o locutor me disse X, que é o mais forte dos enunciados permitidos nesta situação, é porque, sem dúvida, ele queria me dizer mais, mas não pôde".

A lei retórica da litotes³ leva a interpretar um enunciado como dizendo mais que sua significação literal. O aparecimento da interpretação litótica está ligado a condições contextuais (como as convenções sociais, por exemplo), que se opõem, na situação de discurso dada, ao emprego de um enunciado mais forte.

No caso, empregar um enunciado mais forte do que (1) seria empregar (1'):

(1') Andar a pé é pior do que andar de carro.

E quais seriam, neste caso, as condições contextuais que impedem o emprego de (1')? Tentarei encontrar uma resposta para esta questão. Longe desta resposta parecer uma digressão desnecessária, creio que ela constitui um fator a mais para mostrar a orientação argumentativa que norteia a atividade da linguagem.

(3) Para maiores detalhes sobre esta lei, v. Ducrot, O. Dire et ne dire, op. cit., p. 137.

O enunciado (1), inserido no contexto específico dessa "campanha dos brasileiros para economia de combustível" busca desfazer a relação pré-estabelecida pela ideologia do consumismo, entre o uso do carro e as noções de conforto, status social, realização pessoal, encurtamento de distâncias, e, mais especificamente, rapidez e prazer de velocidade. Essa campanha visa, através da limitação da velocidade, a economia de combustível para que a chamada crise internacional do petróleo não venha a agravar a nossa já tão desequilibrada balança comercial.

Essa propaganda busca, então, construir uma nova relação, em que o uso do carro está na relação direta das vantagens de andar devagar (bem entendido, andar de carro devagar). É preciso notar que esta nova relação a ser incutida na consciência dos brasileiros procura não ferir certos compromissos assumidos pelo modelo de desenvolvimento adotado, especialmente o fluxo de consumo de automóveis, e de outros bens e serviços dos setores vinculados à indústria automobilística.

Por isso, a propaganda não pode dizer: Não use o carro, ande a pé, ou então, Andar a pé é melhor do que andar de carro - o que por certo seria o argumento mais forte para o objetivo: economizar combustível. Em vista dessa impossibilidade, o locutor se vê obrigado a empregar um enunciado argumentativamente mais fraco em relação a um enunciado mais forte que poderia ser empregado.

É também por esse motivo que se percebe uma certa ambiguidade argumentativa no texto da propaganda, pelo fato de alinhar argumentos como: "os prazeres de usar o carro, ainda que em velocidade moderada" ao lado de argumentos como "as vantagens de usar o ônibus".

Esta ambiguidade argumentativa é a revelação da própria ambiguidade dos fatos econômicos subjacentes no contexto dessa propaganda.

Em outras palavras: o desfavorecimento dos primeiros argumentos está na razão direta do favorecimento dos segundos. É aqui que entra a importância da estrutura comparativa, argumentativa por natureza, para fornecer o instrumento para a argumentação.

É preciso notar ainda que a apresentação dos

argumentos desfavoráveis ao uso do automóvel sempre se dá de maneira fraca, em relação à apresentação dos argumentos favoráveis ao uso do carro (embora restrito ao controle de velocidade), para o que contribuí tanto expressões de pouca força argumentativa: "o ônibus tem lá suas vantagens, como espresões de valor ambíguo: "ponha (coloque) os pés no chão".

Acredito que é através de artifícios retóricos ou argumentativos como estes, que figuram nesses elementos estudados, que a propaganda consegue adquirir um caráter de ameaça, e de conseqüente imposição, caracterizados logo no início do texto pelas palavras:

"Estamos diante de fatos, que somente a razão e a inteligência podem mudar. Estes fatos revelam uma realidade que ainda não é nossa e que não enfrentaremos, se começarmos desde já a economizar combustível".

Percebe-se esse mesmo caráter de ameaça, de maneira bastante incisiva, no enunciado que fecha o corpo da propaganda:

"Do contrário, estaremos parados"⁴.

Resta, agora, dar uma olhada na conjunção mas que aparece no enunciado (1).

(1) Andar devagar pode ser chato, mas parar é pior ainda.

(4) É preciso lembrar, neste ponto, a distinção austiniana entre ato ilocucional e ato perlocucional. Quando dizemos que o destinatário depreende, no texto dessa propaganda, um tom de ameaça, estamos nos referindo aos efeitos perlocucionais que se sobrepõem ao ato ilocucional realizado, em termos de resultados ou efeitos visados pelo locutor através desse ato. Quanto ao ato ilocucional praticado, pode-se dizer que o texto da propaganda fornece matéria para a realização do ato de advertência, pelo fato de envolver um estado ou acontecimento futuro (a parada do uso de veículos, por exemplo) que não está dentro dos interesses do destinatário. Agora, seria interessante procurar saber se existe alguma relação estreita entre o ato ilocucional de advertência e o ato perlocucional de ameaça, ou por outra, quais os elementos ou condições de emprego que possibilitam ao destinatário deduzir um do outro. Sem pretender buscar uma resposta a essa indagação, parece que, neste texto específico, a forma hipotética da advertência: "Se você não fizer X, acontecerá Y" pode constituir uma dessas condições.

Dado que esta conjunção já foi comentada anteriormente neste trabalho ⁵, vamos apenas aplicar sua descrição ao enunciado acima.

O mas propõe que, à conclusão que se pode tirar de andar devagar pode ser chato - como, por exemplo, a superioridade de andar depressa - se opõe a proposição seguinte parar é pior ainda, oposição que só se vai compreender claramente sendo conhecidas as informações da situação. Isto é, se a primeira proposição leva o interlocutor a concluir a favor de andar depressa, a enunciação da segunda proposição desvia-o dessa conclusão através da ameaça de que parar é pior. Todo esse movimento se dando, é claro, dentro da esfera da comparação.

Somos levados, no entanto, a uma indagação: se o mas obriga o estabelecimento de duas escalas contrárias - para que se possa falar em oposição de proposições - como explicar que as duas proposições que aí aparecem pertencem à mesma escala?

De fato, não podemos negar essa evidência.

Mas temos de considerar que, num nível mais profundo, esse enunciado faz aparecer uma outra proposição, justamente a que vai constituir a escala contrária a andar devagar pode ser chato. Entende-se o enunciado assim:

"Andar devagar pode ser chato, mas andar depressa pode ser pior ainda, porque o consumo de combustível é maior, o que leva à racionalização extrema, isto é, a parada dos veículos".

Colocando essas idéias no esquema da conjunção mas temos:

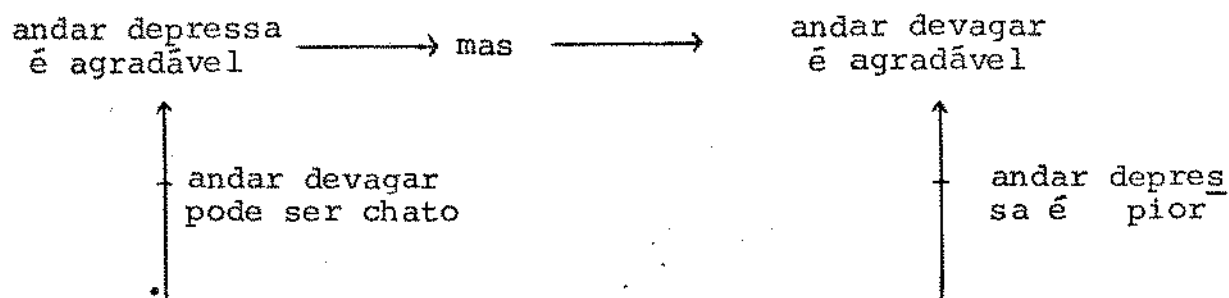


Fig. 5

(5) V. Cap. II, p. 23 e seg.

Percebe-se melhor, através desse esquema, como se inter-relacionam argumentativamente esses elementos todos que acabamos de comentar: como o argumento da proposição inicial constitui o ponto final a que tem de chegar o destinatário da propaganda; como sua caracterização, argumentativamente fraca, se atenua com o modal de possibilidade. Porque, se assim não fosse, não haveria lugar para o movimento argumentativo. A questão se fecharia no próprio ponto de partida. É neste propósito que se caracteriza esta primeira proposição com um adjetivo argumentativamente mais fraco que o adjetivo que caracteriza a proposição seguinte.

Por outro lado, ainda, a não-realização da proposição contrária - andar depressa é pior - na estrutura de superfície, objetiva levar o movimento argumentativo além de sua primeira conclusão previsível, esticando-o até a última consequência: parar. Creio que também esse artifício retórico contribui para dar ao enunciado o tom de ameaça, a que já nos referimos.

Tendo feito esses comentários, que nos parecem relevantes por deixarem a descoberto elementos de grande valor argumentativo, podemos passar para a tarefa de explicitar o valor do ainda na estrutura comparativa.

Vamos então reduzir o enunciado (1) a uma forma mais simples, tal como:

(2) Parar é mais ruim do que andar devagar.

Identificamos neste enunciado a estrutura:

A é mais f do que B
em que figuram os seguintes elementos:

A - o termo comparado (= parar)

B - o termo comparante (= andar devagar)

f - a propriedade que os relaciona (= ruim)

(do) que - a marca da comparação

mais - a marca da superioridade

A marca da superioridade mais faz supor uma escala semântica, na qual o termo A (= parar) se situa acima do termo B (= andar devagar). Esta escala semântica se define como a escala de ruim, na qual os termos A e B ficam assim situados:

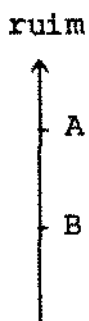


Fig. 6

No entanto, também é verdade que tais termos podem inverter sua posição, se estiverem situados na escala contrária, a de agradável, por exemplo:

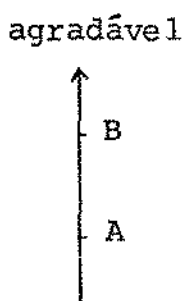


Fig. 7

Isto se deve à ambiguidade estrutural de que goza a estrutura comparativa, em relação à distinção Tema/Comentário, que faz com que se leia ou A como um argumento favorável à agradabilidade de B, ou B como um argumento desfavorável a esse mesmo tema, ou seja, como um argumento favorável ao tema contrário: a ruindade de A.⁶

É nesta ambiguidade da estrutura comparativa que Carlos Vogt⁷ situou sua força argumentativa, por se revelar aí o peso de um julgamento.

No primeiro caso, representado pela Fig. 6, tomou-se B como um argumento desfavorável à agradabilidade de A, portanto favorável à ruindade de A; enquanto no segundo caso, representado pela Fig. 7, A é um argumento favorável à agradabilidade de B, que neste caso é o tema.

(6) Os termos favorável e desfavorável foram empregados por Carlos Vogt em O intervalo semântico..., op. cit., onde se encontram explicitados com bastante propriedade.

(7) Ibidem.

Tem-se de levar em conta também, na estrutura comparativa, o tipo de adjetivo que vai preencher a variável f, para se utilizar, a partir daí, a distinção marcado/não-marcado.

Dado que o par de adjetivos agradável/ruim é constituído de adjetivos dependentes do ponto de vista argumentativo,⁸ vale dizer, tais adjetivos dependem, para realizar o seu valor de argumentação, não só da estrutura argumentativa, como também do preenchimento das variáveis A e B, é preciso buscar as informações contextuais do enunciado (2), para que se possa precisar a distinção de marca do adjetivo.

Percebe-se que A e B são elementos catalogados, neste contexto, como ruins. Ruim é, portanto, o termo positivo da oposição agradável/ruim e consequentemente o termo não-marcado, isto é, aquele que pode se situar em qualquer ponto de uma escala que abranja os valores intermediários entre agradável e ruim.

Suponhamos que tal escala se dispusesse da seguinte maneira:

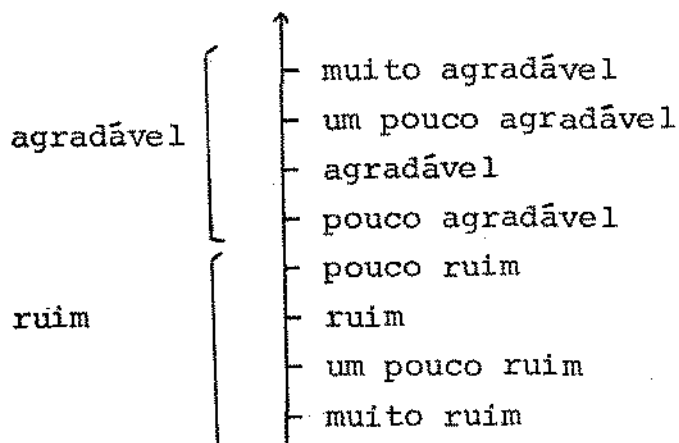


Fig. 8

Quando se diz que ruim é o termo não-marcado da oposição, está-se dizendo que ele pode, teoricamente, assumir tanto os valores compreendidos na zona do agradável, como os valores compreendidos na zona do ruim.

Para deixar mais clara esta possibilidade, vamos imaginar dois contextos que situem a comparação um na zona do agradável, outro na zona do ruim.

(8) Idem, ibidem.

No contexto 1, um locutor L comenta com seu amigo as últimas medidas tomadas para a racionalização do combustível, e diz:

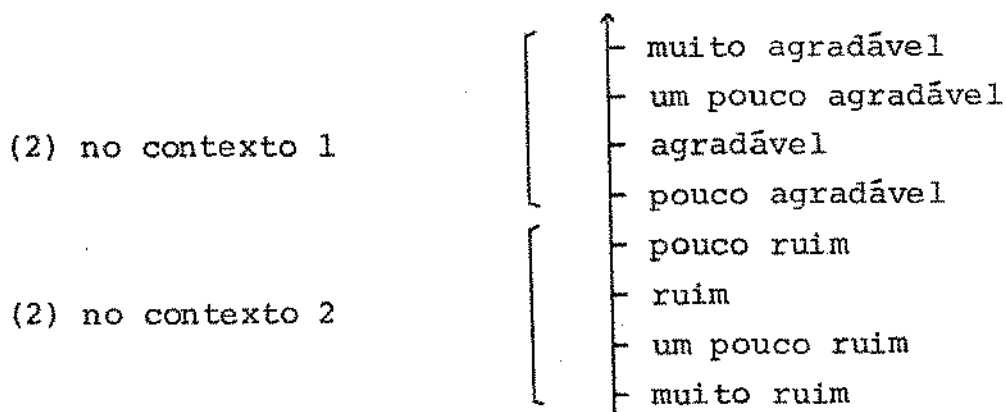
L: - Olha, na verdade, eu nunca gostei de correr. Eu gosto mesmo é de andar devagar, para apreciar a paisagem, as pessoas... E se tiver de deixar o carro em casa, também não acho mau. Até que andar a pé faz bem. Mas parar é pior do que andar devagar.

É evidente que, neste contexto a enunciação de L situa o enunciado (2) na zona do agradável.

No contexto 2, o interlocutor D, louco por velocidade, dá seu depoimento a respeito do mesmo assunto:

D: - Essa história de andar devagar é pura chatice. Eu gosto de velocidade, chegar depressa, não perder tempo em estrada... Se tiver de parar, então, Deus me livre ! É pior do que andar devagar.

Já a enunciação de D situa (2) na zona do ruim



A possibilidade de (2) ocorrer tanto no contexto 1 quanto no contexto 2 confirma o fato de o adjetivo ruim ser não-marcado quanto à zona da escala em que ele atua, pelo menos na estrutura comparativa de superioridade.

Em resumo, isto vale dizer que os elementos comparados parar e andar devagar em (2) têm a potencialidade de assumir valores tanto dentro da esfera de agradável, como dentro da esfera de ruim.

Façamos intervir em (2), o ainda:

(3) Parar é ainda mais ruim do que andar devagar.

O que se nota é que a liberdade antes comentada, de A e B percorrerem a escala em toda sua extensão, desaparece. A zona está determinada. A e B se fixam na esfera do ruim. Este fato se confirma pela estranheza de (3) no contexto 1.

(3) comportaria, então os indicadores:

A é f

B é f

A é mais f do que B

Até o momento, o valor que podemos depreender no ainda na estrutura do comparativo, é o de fixar a zona em que se efetua a comparação.

No entanto, examinemos (4), em que atua o advérbio muito.

(4) Parar é muito mais ruim do que andar devagar.

Também aqui, a situação de A e B na escala está fixada na zona do ruim. Também (4) soaria com estranheza no contexto 1.

Identificamos em (4):

A é muito f

B é r

A é mais f do que B

Portanto, o valor de muito na comparação é, além da fixação de uma zona na escala, a intensificação da eficiência de A. Intensificar um ponto A da escala, em relação a um ponto B, abaixo de A, significa situar, em termos argumentativos, A como o ponto mais alto da escala, isto é, mais próximo do seu topo. É este movimento de intensificação que dá a A um caráter de distanciamento do ponto B da escala.

E se isto não ocorre com o ainda, podemos concluir, já de início, que muito e ainda não se recobrem em termos de valor semântico. Se assim fosse, não saberíamos como explicar a co-ocorrência de ambos na estrutura comparativa, como em:

(5) Parar é ainda muito mais ruim do que andar devagar.

Tem-se em (5) a fixação da zona de A e B, da da simultaneamente pelo ainda e pelo muito, a intensificação de A, pela incidência de muito e - o que consideramos como o valor fundamental do ainda - uma apreciação sobre a efidade de A e B. Esta apreciação já foi observada por Vogt⁹ e rotulada como sendo uma apreciação do excesso. No entanto, para que ha ja excesso, é preciso que B, o termo comparante, tenha não apenas a efidade, como a tenha em grau elevado, para que a efidade de A seja tida como excessiva em relação à efidade de B. Creio que é em cima da intensificação de B que o ainda liberta sua força de argumentação.

O enunciado (3) apresentaria, então, os seguintes indicadores:

A é f
 B é muito f
 A é mais f do que B
 A ser mais f do que b, sendo dado que B é muito f, é um excesso.

Podemos depreender agora os elementos que compõem o sentido de (5) como sendo:

A é muito f
 B é muito f
 A é mais f do que B
 A ser muito mais f do que B, sendo dado que A é muito f e que B é muito f é um excesso.

Dessa maneira, o valor argumentativo do ainda está em veicular a apreciação de excesso que faz o locutor de um enunciado A é ainda mais f do que B, pela intensificação de B.

Esta explicação dá conta também da não-ocorrência do ainda com os comparativos de igualdade, como em:

(6)* Parar é ainda tão ruim quanto andar devagar.

Se B não pode ser intensificado, como introduzir a apreciação de excesso da efidade de A face à efidade elevada de B, se A e B estão no mesmo plano de igualdade?

Não é apenas na estrutura comparativa que o ainda veicula uma apreciação de excesso da parte do sujeito da

(9) O intervalo semântico..., op.cit., Cap. II "Ainda a comparação", p. 91 - 108

enunção sobre o fato predicado na sentença. Também nas estruturas de conjunção do tipo

A é (fez) f e ainda g

se concretiza essa mesma apreciação.

Sua análise vai ser análoga à da estrutura comparativa, recaindo sua intensificação na predicação de f. Assim:

A ser (fazer) f é muito

A ser (fazer) g, dado que A ser (fazer) f é muito é um excesso.

O que se deve notar é que esta apreciação de excesso não ocorre isoladamente, nem no caso da estrutura comparativa nem no caso da estrutura de conjunção, mas é antecipada pela apreciação da intensidade de um dos termos da estrutura linguística, o que provoca a diferença, para, a partir dela, se efetuar a apreciação de excesso.

CAPÍTULO V

O AINDA NA ESTRUTURA CONCESSIVA

Neste estudo da palavra ainda, não poderíamos ignorar a existência da conjunção ainda que, dentre as tradicionalmente classificadas como conjunções concessivas¹.

E se não a ignoramos, é mais por crer que a teoria semântica argumentativa é bastante capaz de fornecer uma explicação adequada aos torneios concessivos, e menos por crer que subsista algum traço argumentativo do advérbio ainda na locução ainda que.

Explico: a locução conjuntiva ainda que é formada através da combinação do advérbio ainda com a partícula que. Essa combinação, entretanto, não se efetua ao nível do sentido dos elementos combinados. Quer dizer, não se adiciona o valor semântico próprio do advérbio ainda ao valor semântico próprio da conjunção que, para daí se obter ainda que, que seria a soma tória desses valores semânticos primitivos. O resultado obtido

(1) As gramáticas tradicionais da língua portuguesa reconhecem, quase que com unanimidade, a conjunção concessiva como sendo a que inicia oração "que exprime que um obstáculo - real ou suposto - não impedirá ou modificará a declaração da oração principal (...)" (Bechara, Evanildo, Moderna Gramática Portuguesa, Cia. Ed. Nac., 159. ed., p. 198).

a partir dessa combinação é um produto inteiramente novo, que, aparentemente pelo menos, nada guarda de seus elementos primitivos.

São elucidativas, para este ponto, as considerações de Said Ali² sobre a formação de locuções conjuntivas como: sem embargo que, contanto que, ante(s)que, depois que e principalmente suas considerações sobre ainda que: "Nestas, como em outras locuções conjuncionais, o elemento advérbio nada mais é que um vocábulo deslocado de uma oração para outra. Devia modificar a um verbo, mas afasta-se dele, emigra da respectiva oração, atraído por uma partícula, à qual se une, resultando desta liga uma conjunção de nova espécie. Basta ver o histórico do adventício ainda em ainda quando e ainda que.

As partículas que e quando de per si bastam para denotar concessão, uma vez que o verbo esteja do modo conjuntivo. Segundo esta primeira fase estão redigidos os exemplos: "eu por huma parte hey dô deste coitado, que não seja mais que pelo pão que lhe como" (Antônio Ferreira, Bristo 2, 396); " e quando de seu cuidado e trabalho colham algum fruto, esse quando menos ficará onde nasceo" (Vieira, Serm. 5, 356). Na segunda fase, insere-se na oração principal enfaticamente o advérbio ainda. Deste tipo é: "E quando a fortuna tanto mal me fizesse, ainda prestarei pera chocarreiro de hum principe, que o melhor ofício que se agora usa" (Antônio Ferreira, Bristo 2, 397). Exemplo da última fase, em que o advérbio se transfere para a oração subordinada: "Toda a vida de Xavier era huma perpetua oração e contemplação, ainda quando parecia mais divertido" (Vieira, Serm. 8, 320)".

Explico outro ponto: o estudo das conjunções concessivas me parece um prato cheio ao paladar da teoria semântica argumentativa, por, pelo menos, duas razões:

19) Existe, nos torneios concessivos, um movimento de direção de pensamento difícil de ser explicado puramente nos termos de uma teoria semântica informacional. Tem-se forçosamente, para descrever de modo adequado o valor dessas proposições concessivas, de fazer intervir na análise a atitude da

(2) Gramática Histórica da Língua Portuguesa, Livraria Acadêmica, Rio, 1971, 79. ed., p. 222/223.

quele que fala em relação aos argumentos e às conclusões que as proposições envolvem. E esse modo de enxergar e tratar o fenômeno é próprio da teoria semântica argumentativa.

29) Dentro dessa teoria semântica, os torneios concessivos ressaltam a importância e necessidade da noção de argumentação virtual, ao lado da noção de argumentação decisiva. Este ponto é importante para a caracterização de uma pesquisa empírica, fundada sobre a linguagem lógica, que não conhece, enquanto argumento, senão a prova.

Tentaremos agora dar uma explicação possível, dentro da teoria semântica argumentativa, para as proposições ligadas por ainda que. Se esta tentativa de estudo chegar a resultados satisfatórios, creio que estará aberto mais um caminho para a compreensão das demais conjunções concessivas.

Consideraremos, para essa análise, um enunciado da forma B ainda que A, extraído de um texto de jornal ³, do qual transcrevemos um parágrafo.

"Pouco a pouco começa a tomar corpo um início de debate público a propósito da situação e das perspectivas da cultura brasileira, sintoma de uma efervescência cultural que vai surgindo. Trata-se de um fenômeno altamente positivo, ainda que bastante embrionário, pois pode indicar que a cultura brasileira está buscando mais combativa e conscientemente seus rumos. Neste sentido, as últimas controvérsias surgidas em vários setores da cultura - cinema, música e teatro, sobretudo - contêm elementos altamente positivos, pois mostram que há um debate em curso, tendo como centro, consciente ou não, os rumos da cultura brasileira".

O enunciado que nos interessa é especificamente este:

/1/ Trata-se de um fenômeno altamente positivo, ainda que bastante embrionário (...).

Como o contexto desse enunciado está dado no próprio parágrafo em que ele se insere, é fácil perceber que o autor procura delinear a situação atual da cultura brasileira, alinhando argumentos que conduzem o leitor a aceitar o rumo de seu

(3) "Rumos da Cultura Nacional", de José Inácio Correia Fortes, publicado no jornal Movimento, nº 73, de 22/11/76, seção Cartas Abertas, p. 19.

pensamento: esses debates públicos sobre cinema, música e teatro constituem um fenômeno altamente positivo para a definição dos rumos da cultura brasileira:

Esquemmatizando:

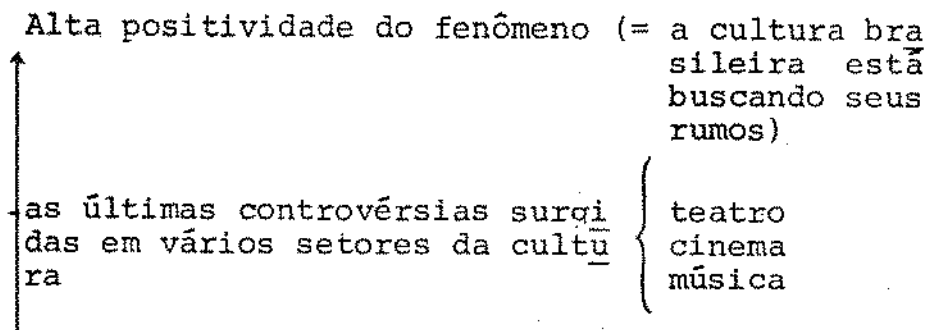


Fig. 1

Mas esses debates públicos começam agora a surgir, indicando que este conjunto de fatos é embrionário no quadro geral da cultura brasileira. E o fato desse fenômeno ser bastante embrionário contraria sua alta positividade⁴.

Tem-se agora o esquema:

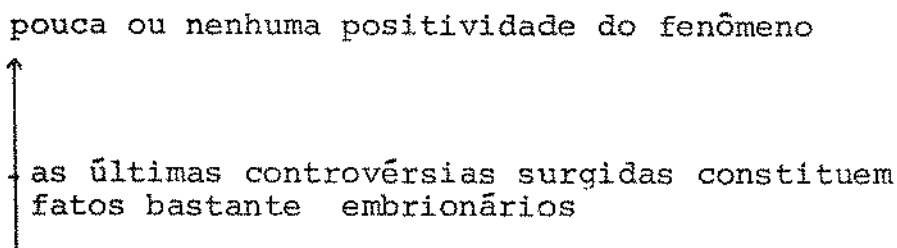


Fig. 2

Mas esta direção de pensamento é, na realidade, apenas provável, possível, virtual. O fato do fenômeno ser bastante embrionário não contraria sua alta positividade. Ao contrário, vem reforçar esse julgamento. O fato dele estar no início não impede que seja julgado como positivo. O que, na Fig. 2, se considera um argumento de fato passa a ser, na realidade, um argumento apenas possível. O que poderia ser um obstáculo real é agora um argumento virtual. O esquema da Fig. 2 perde seu valor determinante em favor da força argumentativa do esquema da Fig. 1.

É interessante notar que, do ponto de vista as pectual, o parágrafo se estrutura num grande número de sintag mas de valor incoativo-progressivo, que caracterizam a situa ção atual como de evidente início de fermentação cultural.

(4) É preciso chamar a atenção para o equilíbrio argumentativo obtido pelo autor ao caracterizar os argumentos e a conclusão sempre no polo supe rior de escalas argumentativas, através dos quantificadores "alta" e "bastante".

Considerando isto, como explicar que ser embrionário ou ser bastante embrionário, neste contexto, é um obstáculo à conclusão do fenômeno ser positivo? Pois se ser embrionário já é um argumento que permite concluir a favor da busca dos caminhos culturais?

E como explicar essas voltas e reviravoltas da construção concessiva? Creio que dentro da teoria semântica argumentativa poderemos achar uma resposta adequada para este problema.

Estudando o fenômeno da implicação, e particularmente o si francês, Ducrot⁵ toca no problema da concessiva, mais com o intuito de obter as condições de interpretação das expressões implicativas do que de esclarecer os torneios concessivos. Mesmo assim, suas indicações são bastante valiosas. É segundo-as, que tentaremos propor uma análise para o ainda que.

Em francês uma expressão da forma Est-ce que B si A? pode ser compreendida como implicativa ou como concessiva. Ducrot chega à conclusão de que ela é implicativa quando A é tomado como favorável a B, e concessiva em caso contrário.

Na afirmação, no entanto, a expressão B si A é sempre lida como implicativa. Para que essa expressão tenha valor concessivo, é preciso que se diga B même si A.

Estes fatos também se configuram nas construções condicionais e concessivas do português.

A ocorrência de B si A deixa entender que há um acordo prévio dos interlocutores sobre o fato de que A é favorável a B, ou pelo menos, não lhe é desfavorável.

Ducrot explica essa condição, dentro da teoria semântica argumentativa, da seguinte maneira: A deve ser reconhecido como pertencendo a uma classe argumentativa determinada por B:



Fig. 3

(5) "L'implication", Cap. XIII de La preuve et le Dire, p. 260-283.

Inversamente, nas expressões concessivas do tipo B mêm e si A, tem-se o pressuposto de que A é um obstáculo a B, isto é, um argumento em favor de $\sim B$ (não B).



Fig. 4

Neste caso, deduz-se que o emprego da concessiva obriga à consideração prévia de que A e B estejam em oposição ⁶.

Este esquema, transposto para /1/, preencheria B com a proposição "Trata-se de um fenômeno altamente positivo" e A com "O fenômeno é bastante embrionário", de tal modo que se lê "O fenômeno é bastante embrionário" como um argumento desfavorável ou contrário à conclusão "O fenômeno é altamente positivo", ou seja, um argumento favorável à conclusão "O fenômeno é pouco ou nada positivo".

Podemos notar, como possível justificativa para estas considerações, o fato de que o mesmo locutor que diz /1/, neste contexto específico, não pode dizer /2/.

/2/ Trata-se de um fenômeno altamente positivo e bastante embrionário.

(6) Ao estudar o fenômeno da suposição e suas semelhanças com a pressuposição, Ducrot afirma que esses fatos são compreendidos sem muita dificuldade se se admite que: 19) o valor fundamental da expressão se A é de permitir um ato ilocucional particular, aquele de suposição. 29) que o ato de suposição (como o de pressuposição) não é realizado pela interrogação, suposto e pressuposto servindo de quadro tanto para a questão como para a afirmação. Neste caso, perguntar Se A, B? é solicitar ao ouvinte admitir a hipótese A e neste quadro, colocar a questão B? Na afirmação, só se tem a interpretação implicativa, porque a afirmação faz intervir a lei de exaustividade. Para maiores detalhes, ver. Cap. 6 - Suposition et presupposition, de Dire et ne pas dire, op. cit., p. 167-190.

A incompatibilidade que se nota entre os enunciados /1/ e /2/ não se deve à conjunção dos adjetivos positivo e embrionário, através do conectivo e. Como mostra Robin Lakoff⁷, em estudo que já sumariamos, a conjunção obriga a necessidade de um tema comum para que proposições possam ser ligadas através dos conectivos e, mas e ou. Não há dúvida que as proposições ligadas em /2/ tenham o mesmo tema.

Não se pode dizer também que a incompatibilidade entre /1/ e /2/ repousa sobre uma oposição entre as condições de verdade respectivas dos enunciados: sendo as duas proposições verdadeiras, a proposição resultante também o será.

O que parece é que esta incompatibilidade se verifica ao nível dos conhecimentos prévios que autorizam a escolha da conjunção e ou a da conjunção ainda que.

A escolha da conjunção e exige que se considere, no momento em que se fala, o fato de o fenômeno ser bastante embrionário como um argumento que caminha ao lado do fato de o fenômeno ser altamente positivo, isto é, como argumentos ambos da mesma classe argumentativa, que se dirigem para uma mesma conclusão r. Já a escolha da concessiva exige que se considere o fato do fenômeno ser bastante embrionário como um obstáculo ao fato do fenômeno ser altamente positivo.

Dai a incompatibilidade de o mesmo locutor que enuncia /1/, enunciar /2/, neste mesmo contexto.

Existe ainda outra maneira de justificar as análises apresentadas para a implicação e a concessão.

Se os esquemas das figuras 3 e 4, respectivamente da implicação e da concessão, nos deixam perceber uma oposição entre ambos os fenômenos ao nível do argumento A (favorável num caso e desfavorável, noutro), talvez uma vista d'olhos na negação dessas construções nos conduza a resultados que vêm confirmar (ou não) esta interpretação. Talvez exista entre a implicação e a concessão uma relação bem mais estreita do que aquela que tais esquemas deixam entrever.

Para levar adiante estas hipóteses, faremos algumas considerações, mais especificamente sobre a negação da ex

(7) "If's and's and but's about conjunction", op. cit.

pressão B se A, ou sobre a maneira de responder negativamente a B se A ?

A esse respeito, Ducrot faz algumas observações bastante ricas⁸, tomando como base uma pesquisa levada a efeito por J.C. Anscombe. Esta pesquisa mostrou que a maneira mais natural de negar B si A ou de responder negativamente à questão Est-ce que B si A ? (com si implicativo) consiste em dizer Même si A, -B. Por exemplo:

/3/ - Pierre viendra si Jacques vient ?

/3' / - Non, même si Jacques vient, Pierre ne viendra pas.

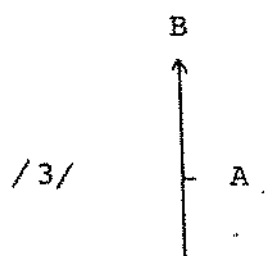
Ducrot chama a atenção para o fato de que, embora o interlocutor de /3'/ pareça contradizer o interlocutor de /3/, na verdade ele se mantém dentro da perspectiva do primeiro, não sendo a resposta, por isso, sentida como polêmica. O que já não ocorre em:

/3'' / - Mais non, surtout si Jacques vient ,
Pierre ne viendra pas

onde a necessidade de introduzir um "Mais non" no lugar de "Non" confirma o caráter polêmico da resposta.

Em /3' /, existe um acordo que é respeitado por ambos os interlocutores. A orientação argumentativa de /3/ é conservada em /3' /. Em /3'' /, ao contrário, dá-se um ruptura no discurso, desaparece o acordo entre os interlocutores, o que provoca o efeito polêmico já apontado.

Ducrot explica esse fato, recorrendo às descrições da implicação e da concessão. No primeiro diálogo, o interlocutor pergunta se existe (ou ele afirma que existe) uma implicação de A a B, conforme o esquema:

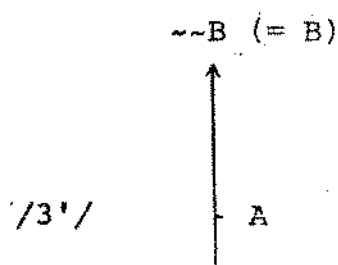


(8) "L'implication", op. cit.

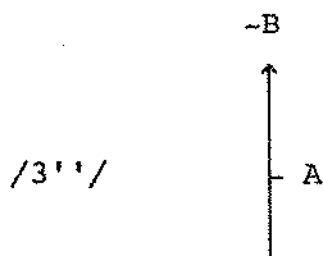
A resposta /3'/ é do tipo Mêm si A, -B, isto é, concessiva. Ora, é sabido que a análise de Ducrot para a concessiva apresenta A como argumento para -B:



Submetendo-se /3'/ ao esquema da concessiva, obtém-se A como um argumento para $\sim\sim B$, isto é, para B, donde sua interpretação se efetua segundo o esquema:



Entende-se assim porque /3'/ conserva a mesma orientação argumentativa de /3/, em que seu interlocutor não se mantém no domínio de evidências do interlocutor de /3/. Sua análise se conforma, portanto, com o esquema da concessiva:



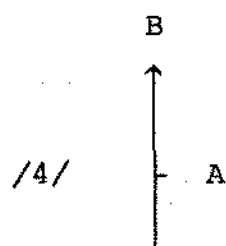
A partir dessas considerações, pretendemos ir um pouco mais além na procura de evidências do inter-relacionamento entre a implicação e a concessão.

Vejamos algumas respostas que se pode dar para uma pergunta do tipo B se A ? com o se implicativo⁹.

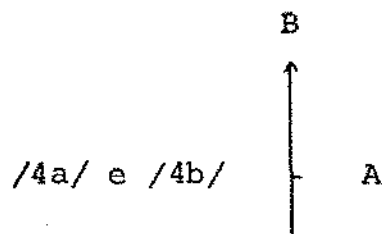
(9) Como a construção B se A ? pode ser lida tanto como implicativa, quanto como concessiva, preencheremos a variável A com uma proposição que favoreça a leitura implicativa.

- /4/ Ele irá à praia, se fizer sol ?
 /4a/ Sim, ele irá à praia, se fizer sol.
 /4b/ Não, ele não irá à praia, mesmo se fizer sol.
 /4c/ Sim, ele irá à praia, mesmo se fizer sol.
 /4d/ Não, ele não irá à praia, se fizer sol.

Percebe-se logo de início que estas respostas se dividem em dois grupos: /4a,b/ e /4c,d/. /4a/ e /4b/ respondem a /4/ sem manifestarem uma atitude polêmica por parte do interlocutor. Mesmo /4b/, que aparentemente parece desviar-se da perspectiva de /4/, se mantém dentro dessa mesma perspectiva. Assim: o interlocutor que enuncia /4/ pergunta se o fato de estar sol vai ser suficiente para fazê-lo ir à praia, ou simplesmente ele pergunta se ele vai à praia, deixando entender que existe uma implicação de "fazer sol" para "ir à praia". "Fazer ou estar sol", portanto, é um argumento favorável para "ir à praia". Representando o antecedente "fazer sol" por A, e o consequente "ir à praia" por B, damos conta de /4/, através do esquema:



Mas nota-se que, também os interlocutores de /4a/ e /4b/ se situam na mesma perspectiva do primeiro interlocutor, ao responderem a /4/. Para eles, também "fazer sol" é um dado favorável a "ir à praia". Donde o esquema, para /4a/ e /4b/, sem nos esquecermos das considerações de Ducrot para a construção "Mesmo se A, ~B":

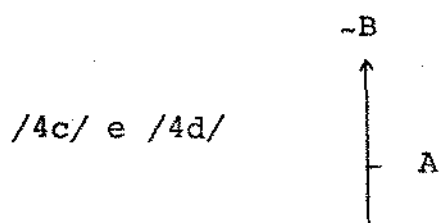


Entende-se assim, porque tais respostas não possuem caráter polêmico de réplica.

Vejamos agora as respostas do segundo grupo, isto é, /4c/ e /4d/. Estranho é que, embora /4c/ seja uma resposta

afirmativa (supõe-se que ela esteja de acordo com todas as premissas da pergunta), ela tem algo de chocante e inesperado.

Isto se dá porque o interlocutor de /4c/não aceita a implicação que é dada em /4/, transformando-a em concessão. Ao fazer isso, ele se desvia da orientação argumentativa dada em /4/, emprestando à sua resposta esse tom de réplica. Para ele, "fazer sol" é um dado desfavorável, ou um obstáculo para "ir à praia". Sua resposta obedece, portanto, ao esquema da concessiva. O mesmo se dá com o interlocutor de /4d/. Ao dizer "ele não irá à praia, se fizer sol", ele deixa entender que "fazer sol" é uma condição que impede a ida do sujeito à praia. Também /4d/ obedece ao esquema da concessiva.



O que nos chama a atenção, nessas respostas, é o fato de /4b/, embora formulada com uma construção concessiva, resultar numa construção implicativa. O que significa dizer que a negação de uma implicação é uma concessão. Mas, neste momento, queremos ver o verso da moeda: se a negação de uma implicação é uma concessão, o que será a negação de uma concessão? Uma implicação?

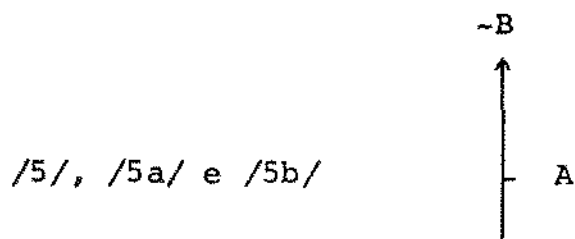
Recorramos aos dados. Consideremos algumas possíveis respostas para uma pergunta do tipo B mesmo se A ?

- /5/ Ele irá à praia, mesmo se chover ?
- /5a/ Sim, ele irá à praia, mesmo se chover
- /5b/ Não, ele não irá à praia, se chover
- /5c/ Sim, ele irá à praia, se chover
- /5d/ Não, ele não irá à praia, mesmo se chover

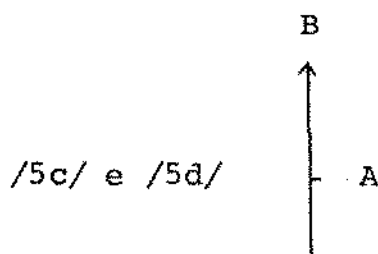
Percebemos que as respostas para B mesmo se A ? se comportam de maneira simétrica às respostas a B se A ? (com o se implicativo).

Igualmente existem dois grupos de respostas: o formado por /5a,b/, não-polêmico, e o formado por /5c,d/, polêmi

co. Igualmente as respostas do primeiro grupo seguem a orientação argumentativa da pergunta, ou seja:



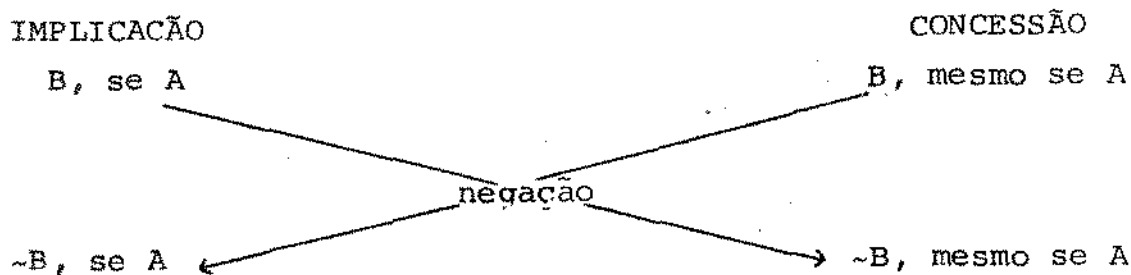
como também as respostas do segundo grupo desviam-se dessa orientação, donde sua natureza polêmica:



O que as diferencia é se apresentarem argumentativamente contrárias, dada a diferença que já se apresenta nas próprias perguntas.

Este dado não é de maneira nenhuma para ser desprezado, pois que ele nos leva a pensar se, na realidade, não seria a concessiva o oposto, o contrário, o inverso da implicação. E temos mais um dado a confirmar esta suposição: a resposta da dúvida que nos assaltou há pouco. Perguntávamos,, naquele ponto, o que seria a negação de uma concessão. A resposta, já a temos. Atentemos um momento para /5b/. Este enunciado é uma resposta negativa a uma pergunta concessiva. E resultou numa implicação.

Assim, negar uma implicação é construir uma concessão e negar uma concessão é construir uma implicação.



Estas considerações, se forem corretas, são va li os as para mostrar que existe, de fato, uma relação bem estreita entre a implicação e a concessão. Estas considerações tam b ê m são valiosas para mostrar o valor argumentativo que possui a negação, face às transformações de sentido que seu emprego produz. É ainda mais uma evidência para a urgente necessidade de se estudar o fenômeno linguístico levando em conta toda a di m en s ã o contextual que abrange o enunciado: seu emissor, seu des tin at á ri o, seu modo de realização, seu lugar, as intenções de quem fala, etc.

Mas não obstante a importância que possam conter essas especulações, elas ainda não são suficientes para nos fa z er entender as reviravoltas da concessiva.

Permanece a mesma indagação: como explicar que, dada a construção B a inda que A, A é um argumento que não impede a postulação de B, ao contrário, ainda reforça sua ocorrência ?

Para explicar esta aparente contradição, faremos apelo então, à noção de argumentação virtual, referida por Ducrot e Anscombe, em "L'argumentation dans la langue" ¹⁰.

A argumentação virtual se dá quando se pode ter um enunciado como um argumento possível, mas não se utiliza es ta possibilidade, porque se tem razões para admitir a conclusão inversa, ou porque se crê que este argumento seja contestável ou falso.

Assim, dizendo Embora chova, Maria sairá, se re co nce he ce o enunciado chova como capaz de sustentar a conclusão Maria não sairá. Mas se recusa a utilizá-lo como um argumento de ci s i v o, porque se tem razões para admitir a conclusão inversa, ou seja, Maria sairá.

Utilizando esta noção de argumentação virtual, in te r pre t a m o o enunciado /1/ da seguinte maneira: ser um fenô me no "bastante embrionário" é um argumento capaz de apoiar a con cl us ã o de que o início dos debates públicos sobre cultura nacional é um fenômeno pouco positivo, ou mesmo, nada positivo.

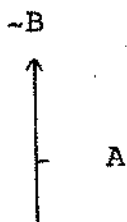
No entanto, este argumento é apresentado apenas como virtual, isto é, o autor atribui à proposição "bastante em br ion á ri o" uma certa potencialidade argumentativa, mas, ao mes

(10) Langage nº 42, junho de 76.

mo tempo, se recusa a aceitar esse argumento como decisivo.

Talvez essa recusa do autor se deva à própria configuração que ele apresenta da situação da cultura brasileira, que se encontra engatinhando na busca de seus rumos, portanto, em fase embrionária. Se o próprio tema desses debates é a busca dos rumos da cultura brasileira, como reconhece o autor, está implícito que tais debates agora é que começam a se promover, agora é que se iniciam, pois senão, a cultura brasileira já teria, pelo menos, encontrado seus caminhos.

Dã-se, então, de acordo com essa interpretação, o seguinte movimento de raciocínio nas concessivas: o locutor de B ainda que A reconhece, num primeiro momento, que A é um argumento que desfavorece a conclusão B, portanto favorece a conclusão inversa $\sim B$:



mas, dado que ele é um argumento virtual, isto é, possível de ser contestado, de ser julgado falso, de não constituir um obstáculo efetivo, recusa sua orientação para $\sim B$, dirigindo-a para B.

Tomando como base estas considerações, sugerimos a representação do torneio concessivo como o movimento de um argumento virtual de A para $\sim B$ (em linha tracejada) e de um argumento decisivo para B (em linha contínua).

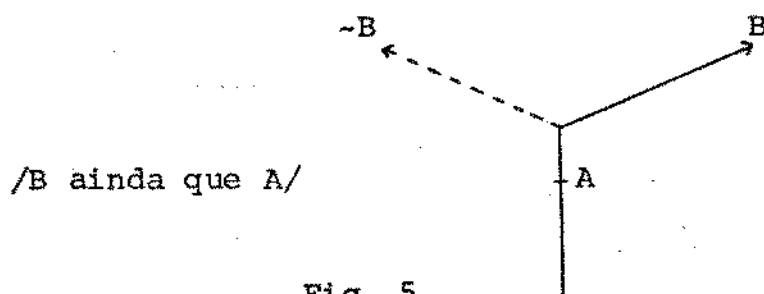


Fig. 5

No entanto, creio que mesmo utilizando a noção de argumento virtual, não se chega a explicar satisfatoriamente o

movimento retórico que orienta a estrutura concessiva. Se a questão era, no fundo, explicar o fato de A ser um argumento que não impede a ocorrência de B, ao contrário, ainda reveste essa ocorrência de uma certa força argumentativa, não se chegou a bom resultado nem fazendo intervir na descrição um argumento de valor virtual.

Isto porque não é o argumento A que é virtual, mas todo o movimento que orienta A para a conclusão -B.

O que se afirma, na verdade, na construção B ainda que A é mais propriamente B e não a relação de concessão entre a proposição subordinada e a proposição principal. Isto se torna bastante nítido quando se faz interferir na estrutura B ainda que A os fenômenos da interrogação, da negação e do encadeamento.

Vejamos o que se obtém quando se interroga uma frase com a forma B ainda que A ?

/6/ Ele virá ainda que tenha sido criticado ?

Tem-se dificuldade em compreender este enunciado como interrogando a relação existente entre a vinda dele e o fato de ter sido criticado. A interpretação mais natural consiste em introduzir a interrogação no escopo da proposição principal, limitando a pergunta ao segmento Ele virá. Percebe-se que a própria linha melódica do enunciado torna evidente esta interpretação, ao imprimir uma entonação ascendente à proposição Ele virá.

Este fato aparece também claramente quando se procura ver qual o sentido da resposta que se pode dar ao enunciado /6/.

Suponhamos que o interlocutor tenha como alternativas de resposta as seguintes possibilidades:

- /7/ - Não
- /8/ - Sim
- /9/ - Não sei

Todas essas respostas poderiam ser parafraseadas assim:

- /7'/ - Não virá
- /8'/ - Sim, virá
- /9'/ - Não sei se ele virá

Percebe-se que as respostas se dão sempre no interior da proposição realmente questionada, isto é, Ele virá ? ¹¹

Poder-se-ia apresentar uma contra-prova a essas observações, ao se admitir a possibilidade de uma resposta como:

/10/ - Uma coisa não tem nada a ver com a outra

porque, nesse caso, a resposta do interlocutor faz supor que ele tomou a pergunta como uma questão que incide sobre o tipo de relação apresentada entre as proposições de /6/, isto é, sobre a própria conjunção ainda que. Mas, se é verdade que isto pode se verificar, também é verdade que ocorre, no momento da enunciação de /10/, uma ruptura no encaminhamento do discurso, que cria uma nova situação de discurso.

O enunciador de /10/, ao responder dessa maneira ao enunciador de /9/, está se recusando a aceitar a organização argumentativa que lhe deu seu interlocutor, impondo ao discurso uma nova direção. Origina-se, então, uma situação de polêmica, em que o destinatário abandona o papel primitivo que a fala do emissor lhe impôs, para assumir o papel de contestador. Nessa nova posição, é ele quem dita as normas para o no

(11) Neste sentido, é interessante ver o artigo de Carlos Vogt: "Indicações para uma análise semântica argumentativa da conjunção porque, pois e já que (inédito), em que o autor, numa tentativa de análise dessas conjunções, faz apelo às transformações de negação, encadeamento e quantificação para mostrar as semelhanças no comportamento sintático de pois e já que, em oposição a porque. Estas transformações, quando aplicadas a enunciados da forma /P pois Q/ e /P já que Q/ revelam uma ruptura do bloco, porque se aplicam somente à proposição P. O contrário se dá com os enunciados da forma /P porque Q/: tais transformações revelam o comportamento privilegiado de porque em relação às outras conjunções causais, por gozar ele de uma ambiguidade fundamental, que leva a duas interpretações possíveis: as transformações citadas podem se aplicar apenas a P, rompendo o bloco /P porque Q/ como podem se aplicar ao bloco como um todo.

As indicações que estamos fazendo talvez podem abrir um caminho para a confirmação do caráter privilegiado que Vogt aponta para a conjunção porque, não apenas entre as conjunções causais, mas também entre as demais conjunções chamadas de subordinadas, uma vez que o comportamento de ainda que acompanha de perto o de pois e já que.

vo discurso instaurado (que o interlocutor pode aceitar ou não). Em outras palavras: o locutor de /9/ organiza seu enunciado de maneira a apresentar a seu interlocutor o fato de que, se alguém foi criticado (por seus colegas, por exemplo), tem aí motivo bastante para não vir (a um encontro com esses mesmos colegas). Isto é, está dado o próprio valor da concessiva: A (ser criticado) é um argumento desfavorável a B (encontrar-se com seus críticos). O interlocutor, por seu lado, não acredita nessa relação de consequência, e, ao ser questionado dentro dessa lógica, responde com uma resposta que contesta essa lógica. Ora, ao fazer isso, ele não responde à pergunta que lhe foi imposta. Ele simplesmente contesta a organização da pergunta. Não existe propriamente resposta.

Tendo desfeito esta aparente contra-prova às observações sobre o comportamento de B ainda que A na interrogação, podemos concluir, por ora, que a interrogação faz romper o bloco /B ainda que A/ ao se aplicar apenas à proposição B. Tem-se o esquema:

B ?/ainda que A/

Vejamos agora o que se dá quando se nega um enunciado da forma B ainda que A.

Negando um enunciado como

/11/ A reunião foi proveitosa, ainda que tenha faltado muita gente
obtem-se:

/12/ É falso (ou: não é verdade) que a reunião foi proveitosa, ainda que tenha faltado muita gente.

O enunciado /12/ é normalmente interpretado como negando apenas o fato de a reunião ter sido proveitosa, isto é, a negação produz seu efeito apenas na proposição principal, passando por alto a proposição subordinada. Assim, a negação rompe o bloco /B ainda que A/, levando à leitura ~B/ainda que A/.

No entanto, a frase /12/ pode ser empregada também para significar que o fato da reunião não ter sido proveitosa é devido à ausência de muita gente. Ou seja, o que se nega é a relação de B com A, portanto o bloco todo /B ainda que A/, resultando a leitura ~/B ainda que A/.

Neste caso, desaparece a pausa depois de B, marcada, na escrita, pela vírgula.

Mas é preciso notar que para se obter esta segunda leitura, é necessário que se trate de uma negação metalinguística, polêmica ou refutadora¹², destinada a contestar uma enunciação anterior do tipo de /11/.

Tal qual a interrogação, também a negação nos mostra que B ainda que A, embora aparentemente dê a impressão de ser um conjunto unitário, é uma estrutura que conserva a individualidade das proposições constituintes.

Resta agora ver como se comporta B ainda que A quando submetido à transformação do encadeamento.

Consideremos inicialmente o enunciado:

/13/ Pedro irá à praia ainda que chova porque ele gosta muito de andar na areia.

Percebe-se, sem dificuldade nenhuma, que a proposição encadeada porque ele gosta muito de andar na areia - concerne apenas à proposição B, Pedro irá à praia, valendo como justificativa apenas para esta proposição. Isto se torna claro também por outra razão: o mesmo locutor de /13/ poderia ter pronunciado, dentro da mesma perspectiva de discurso, o enunciado:

/14/ Pedro irá à praia porque gosta muito de andar na areia sem que houvesse prejuízo com a substituição efetuada.

Donde se conclui que o fenômeno do encadeamento também mostra que não existe uma unidade de sentido em B ainda que A, tal como a conjunção faz aparentemente supor. Em outras palavras: a conjunção ainda que não efetua uma operação entre o conteúdo de B e o conteúdo de A, para produzir, a partir dessa operação, um novo conteúdo unitário.

(12) A negação metalinguística é a que se emprega para marcar uma oposição a uma afirmação anterior, isto é, a um enunciado. Ela se distingue da negação descritiva pelo fato de que esta última serve para falar de coisas, e não de enunciados.

Para maiores detalhes, ver Ducrot, Dire et ne pas dire, op. cit., p. 37 e 38, principalmente.

É por isso que as transformações de interrogação, de negação e de encadeamento não se mostraram capazes de incidir sobre a totalidade do bloco B ainda que A. Quando elas se aplicam à estrutura concessiva, incidem apenas na proposição B (salvo nos casos anormais citados em que seu efeito toma o bloco como um todo), o que revela a fragilidade da conjunção ainda que para operar ao nível do conteúdo das proposições.

Na verdade, a operação efetuada por ainda que não se faz ao nível do conteúdo de A e do conteúdo de B, mas ao nível dos atos de fala que instituem estes conteúdos.

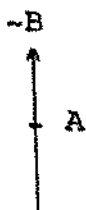
Entende-se agora porque as transformações não incidem na conjunção: se ele institui com sua presença um ato de fala, não se interroga, nega ou encadeia esse ato, a não ser de maneira polêmica. É por isso que, quando estas transformações se fizeram sentir na conjunção, o enunciado foi considerado polêmico, contestador e o seu emprego tido como anormal.

Por tudo isso, creio que o valor da concessiva deva ser buscado no interior de uma teoria dos atos de fala, por admitir que o locutor "faz alguma coisa" quando usa a linguagem.

No caso específico da estrutura concessiva, podemos admitir que o locutor pratica pelo menos dois atos ao enunciar B ainda que A. O primeiro deles é afirmar B. O segundo é instituir com a enunciação de ainda que A um outro ato específico cuja função é marcar uma atitude de concessão que fez o locutor em favor do ato de enunciação praticado anteriormente.

Explico melhor: se o ato de concessão é entendido como um ato de ceder de alguma coisa em favor de outra, quando se diz que a enunciação de ainda que A marca um ato de concessão, quer-se fazer entender que o locutor cedeu da direção para a qual caminharia A, em favor de uma direção contrária a esta, isto é, B.

Para fins de esquematização, chamaremos de -B a direção a que levaria A, se ela fosse efetivamente realizada, de modo a termos o esquema:



Mas, nesse momento, parece que voltamos ao esquema proposto por Ducrot para a construção B mesmo se A.

O que não é inteiramente verdadeiro. Dado que existem evidências bastante fortes para se interpretar a construção B ainda que A (= B mesmo se A) no interior de uma teoria dos atos de fala, e que essas evidências nos levam a admitir que existem dois atos diferentes em B ainda que A, o esquema acima apenas daria conta de um desses atos, isto é, do ato de concessão que existe em ainda que A. Em outras palavras, o esquema



é a expressão do valor da conjunção concessiva e não do valor da construção B ainda que A como um todo.

Se quiséssemos representar o valor da construção toda teríamos de construir dois esquemas, para dar conta dos dois atos diferentes que existem nela; o ato de afirmação (A) do conteúdo de B e o ato de concessão (C) do conteúdo de A para o conteúdo de -B. Assim:

$$\begin{array}{l} A \text{ ["B"]} \\ C \text{ ["A \longrightarrow -B"]} \end{array}$$

Acredito que a indagação nos perseguiu até agora tenha encontrado sua resposta. Como explicar que A é um argumento que, na realidade, não impede a postulação de B, ao contrário, ainda reveste sua ocorrência de grande força argumentativa ?

Ao considerar que na enunciação de ainda que A o locutor pratica um ato de concessão, cremos ter atinado com a chave da solução. Porque fazer uma concessão é abdicar de alguma coisa em favor de outra. A concessão que se pratica em B ainda que A abdica da orientação -B em favor da orientação B, o que acentua o caráter decisivo da efetivação de B.

Se quiséssemos dizer a mesma coisa usando a noção de argumento virtual de Ducrot e Anscombe, teríamos de es

tender essa noção a todo o movimento que vai de A para ~B. Não é o argumento A propriamente que tem valor virtual, mas todo o seu potencial de orientação para ~B. Acredito que, mesmo utilizando essa noção, não teríamos como explicar a distinção de dois atos de fala em B ainda que A, o que me parece de fundamental importância para uma explicação eficaz da estrutura concessiva.

Para finalizar essa tentativa de explicação da estrutura concessiva, gostaria de retomar, à luz da teoria dos atos de fala, as considerações feitas anteriormente sobre a estreita relação de que participam a implicação e a concessão, manifestada principalmente quando nelas interfere a negação.

O ponto central dessas considerações era o fato de que a maneira mais normal de se negar B, se A produzia como resultado ~B, mesmo se A, isto é, uma estrutura de concessão e, vice-versa, a negação de B, mesmo se A resultava numa estrutura de implicação: ~B, se A, sendo mantidas, nos dois casos, a mesma perspectiva do locutor.

A essas ocorrências, se soma a possibilidade de negar B, se A dizendo ~B se A e da mesma maneira, a possibilidade de negar B, mesmo se A dizendo ~B, mesmo se A. São que nestes últimos casos, a negação era sempre tida como polêmica, porque deslocava o ponto de vista em que se colocava o locutor.

Creio que podemos explicar de maneira bastante satisfatória essas transformações, fazendo apelo à teoria dos atos de fala.

Enunciados da forma B, se A e B, mesmo se A (=B, ainda que A) estabelecem, na sua enunciação, dois atos de fala distintos entre si, quais sejam, um ato de afirmação de B, seguido de um ato de implicação, no caso de B, se A, ou de um ato de concessão, no caso de B, mesmo se A.

Ao se negar enunciados dessa forma, submete-se à negação apenas o ato de afirmação de B, ficando a salvo da transformação o ato de implicação e o ato de concessão, que permanecem, por isso, inalterados.

Mas, para que se mantenha a orientação argumentativa inicial do locutor, é preciso que os atos de implicação e de concessão se intercambiem nas estruturas primitivas, o que dá aos enunciados derivados através da transformação de negação, o caráter de normais.

Quando isso não ocorre, e se verifica uma mudança na orientação argumentativa do locutor, resultando enunciados polêmicos, é porque os enunciados B se A e B mesmo se A foram tomados como a realização de um único ato de fala, ou seja, um ato de implicação para B se A e um ato de concessão para B mesmo se A. A negação, nesse caso, adquire uma feição metalinguística, porque se destina a contestar um enunciado anterior, tomado como um todo ¹³.

Obteríamos o mesmo efeito polêmico de -B se A e de -B, mesmo se A se recorrêssemos à expressão é falso que..., fórmula particularmente apta ao uso metalinguístico.

Creio que esta explicação, que recorre ao conceito de ato de fala, é capaz de dar interpretação satisfatória para a proximidade que se notou entre as estruturas implicativa e concessiva.

E também creio que recorendo à teoria dos atos de fala, encontrou-se o melhor caminho na busca do valor da conjunção concessiva. Porque a noção de ato de fala supõe a linguagem como atividade, ou se se preferir, como um jogo de que participam interlocutores conscientes. E é nesse jogo que os interlocutores manifestam suas subjetividades, seus pontos de vista, seus conceitos de valor, seu mundo de crenças, impondo sua presença no ato de enunciação. E é por acreditar que existem marcas efetivas da presença do interlocutor na linguagem, em outras palavras, marcas da enunciação no enunciado, que se perseguiu a estrutura concessiva. Ela é uma dessas marcas argumentativas.

Tomara que este estudo, embora alinhavado, possa contribuir para uma teoria semântica argumentativa, mais por mostrar uma possibilidade de interpretação do que apresentá-la formalizada.

(13) a) Dizer que a enunciação de B se A cria dois atos de fala distintos equivale a dizer que A é apenas condição suficiente de B, isto é, que B pode se realizar mesmo diante de -A. A negação de B se A, nesse caso, recai apenas em B, porque a negação de um condição suficiente nunca recai na conjunção. Ao contrário, se A for tomado como condição necessária de B (por intervenção da lei retórica de exaustividade), a negação de B se A incide na conjunção, negando a estrutura como um todo.

b) É preciso lembrar que esses efeitos de sentido, tanto para a implicação quanto para a concessão se distinguem no nível suprasegmental pela presença de pausa no primeiro caso e pela sua ausência no segundo.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Gostaria de retomar, nesta parte final do trabalho, os aspectos apreendidos como relevantes na descrição do ainda nas diferentes estruturas linguísticas consideradas, para, a partir delas, sugerir alguns caminhos que possam levar à depreensão de um valor geral subjacente a esse elemento. Porque acredito que, sendo o ainda uma marca da argumentação na língua, o fenômeno argumentativo deve responder, num nível profundo de análise, pela atribuição do mesmo valor semântico a esse elemento, não importa em que estrutura linguística ele vai se inserir. Estas idéias, no entanto, não são apresentadas como mais do que modestas sugestões, visto não ser esse o objetivo que perseguiamos neste trabalho. Por outro lado, se elas estão aqui, é por terem se manifestado com uma insistência cada vez maior, à medida em que as descrições iam se desenvolvendo e revelando pontos em comum.

Vamos recapitular essas descrições para ter à mão o seu resultado.

A descrição do ainda como modificador de um advérbio de tempo mostrou a necessidade de se distinguir as várias dimensões temporais que participam da produção e emprego dos enunciados. A partir dessa diferenciação, estabeleceu-se,

em relação a dois momentos do tempo, a função do ainda:a de contradizer uma expectativa provável do locutor.

A descrição do ainda na estrutura comparativa A é ainda mais f que B assim como na estrutura de conjunção A faz (é) f e ainda g, obrigaram o desmembramento da predicação primitiva do enunciado em partes separadas, e, pelo cotejo desas partes, se atribui ao ainda a função de marcador da apreciação de excesso por parte do locutor.

E por fim, para explicar o valor do ainda na estrutura concessiva B ainda que A, recorreu-se, dentre outras noções, à de atos de fala, postulando-se uma distinção entre o ato praticado na enunciação da proposição principal e o ato pra^{ti}cado na enunciação da proposição subordinada.

1. Bem, uma das hipótese que logo ocorre ao se confrontar tais resultados, é a atribuição ao ainda de um va^lor semântico definido com base na diferença.

Assim, na estrutura temporal com um advérbio de tempo, o ainda opera uma diferença ao nível das informações temporais do enunciado; na estrutura comparativa, essa diferen^{ça} é operada ao nível dos elementos comparados em relação à pre^{di}cação f; na estrutura de conjunção, a diferença se estabelece ao nível dos elementos predicados; na estrutura de concessão, essa diferença opera ao nível das proposições assertadas no enunciado.

Dizendo assim, tem-se a impressão de que o fa^{tor} diferença é apenas um dos requisitos ou condições para o em^{pre}go do ainda, quando, na verdade, essa diferença é uma mani^{fest}ação do próprio valor semântico do ainda. Ela é, nesse sen^{tido}, uma diferença argumentativa. Ela opera a diferenciação de certos elementos do enunciado, em termos de maior ou menor for^{ça} argumentativa.

Assim, nos enunciados em que o ainda modifica um advérbio de tempo, privilegia-se, dentre os tempos diferen^{ci}ados, o tempo que é assertado no enunciado. A força argumen^{tativa} do ainda recai na situação temporal do fato predicado no enunciado. A informação dada neste tempo é que conduz o desti^{nat}ário com maior força para a conclusão pretendida pelo locutor, conforme mostra a representação:

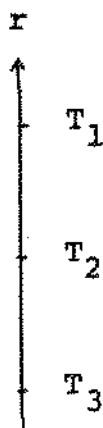


Fig. 1

Na estrutura comparativa A é ainda mais f do que B, são diferenciados os elementos comparados em relação à predicação f, ficando o elemento sobre o qual incide o ainda, na escala argumentativa, situado como o argumento mais forte para a conclusão r. Assim:

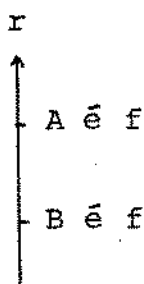


Fig. 2

Na estrutura de conjunção, na qual o ainda opera uma diferença nos elementos predicados, fica caracterizado como o argumento mais forte o elemento em que recai o ainda. Considerando tal estrutura como A faz (é) f e ainda g, seus elementos se situariam assim na escala argumentativa:

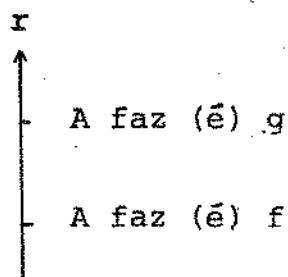


Fig. 3

Na estrutura concessiva, a distinção se estabelece ao nível das proposições assertadas na enunciação de B ainda que A. Diferencia-se aí o ato de afirmação de B do ato de concessão de A. Em relação à conclusão r que se pode tirar de B ainda que A, o conteúdo de A é argumentativamente mais forte do que o conteúdo de B: ¹

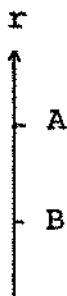


Fig. 4

2. Outra hipótese provável para se descobrir um valor semântico único para a ocorrência do ainda em diferentes estruturas é derivar esse valor a partir de uma estrutura subjacente que envolve comparação.

Esta hipótese é decorrente da idéia anterior que define o ainda com base na diferença. Assim, a partir de um primeiro ponto - a diferença - firma-se a noção de comparação entre os elementos diferenciados.

De maneira semelhante à anterior, esta hipótese puxa a comparação para o plano da argumentação - se é que se pode falar da comparação fora do âmbito da argumentação - definindo-a como argumentativa. Isto é, estabelecida a diferença entre os elementos envolvidos no enunciado, é função do ainda situá-los numa escala argumentativa definida por uma conclusão r, que se tira do enunciado. Nesta escala, os elementos se dispõem numa relação de maior ou menor força argumentativa, relativamente à conclusão postulada.

(1) Não se quer dizer com isso que o ato de concessão seja argumentativamente mais forte do que o ato de afirmação. O que está envolvido em termos de maior ou menor força argumentativa é o conteúdo que suporta tais atos. Assim, num enunciado como "Ele vai à praia, ainda que chova", o conteúdo "chover" conduz à conclusão "Ele adora praia" com muito maior força do que o conteúdo "ir à praia".

Um corolário dessa hipótese da comparação seria a idéia de que subjaz no ainda o valor de uma gradação: de pois de comparados, os termos são dispostos numa relação de grau, em que a medida de maior/menor/igual é, mais uma vez, de finida nos limites da argumentação.

3. Ainda outra possibilidade é tentar definir o valor do ainda em termos de suficiência dos elementos para levar à conclusão r. Vê-se, desde já, que também esta idéia nasceu dentro do quadro da argumentação. Trata-se também aqui de uma suficiência que chamaríamos de argumentativa.

Na acepção temporal do ainda, esta suficiência se define em termos de expectativa do locutor diante de dois momentos no tempo. Utilizando a simbologia que desenvolvemos para a descrição do ainda como modificador de um advérbio de tempo, podemos dizer que T_1 é o tempo tido como suficiente, segundo a apreciação do locutor, para conter a mudança do estado de coisas pressuposta na oração com o ainda.

Na estrutura comparativa A é ainda mais f do que B a suficiência argumentativa se concentraria na efidade de B, em comparação com a qual a efidade de A é apresentada como excessiva.

De maneira semelhante, na estrutura A faz (é) f e ainda g, a suficiência recai na predicação de A fazer (ser) f, em razão do que a predicação A fazer (ser) g ser tida como excessiva.

Já na estrutura concessiva B ainda que A, a proposição A envolveria um conceito lógico-dialético com base na co-existência de contrários: A constitui um argumento de suficiência não-suficiente para a conclusão de B, donde B se efetuar "apesar de" A.

Poderíamos sugerir ainda um sem-número de outros valores subjacentes para o ainda, sem esgotar as possibilidades de interpretação. Mas fazê-lo, é repetir exatamente o que temos feito ao apresentar estas sugestões: andar em círculos por um caminho que, a cada volta, retoma sempre o mesmo percurso. Porque o que se fez até aqui foi apontar sempre a mesma direção: os caminhos da argumentação. Embora isso possa parecer um arrombamento de portas abertas, creio não ser demais evidenciar

até a quase exaustão o fenômeno da argumentação.

Se já é evidente a existência de marcas da argumentação na língua, como o são as partículas mas, também, mesmo, ainda, além de fenômenos como a conjunção pois que e a estrutura comparativa, este fato não evidencia apenas que se abriram novos rumos e novas perspectivas para os estudos linguísticos.

Na medida em que esses novos horizontes se abrem para assumir a presença do homem na língua, na sua complexidade de razão/vontade, pensamento/sentimento, valorizando não só o que é do raciocínio, mas também o que é da intenção e da vontade - a linguagem passa a ser encarada como ação entre os homens, como o lugar em que se libertam as subjetividades dos participantes desta ação.

No ilimitado desse lugar, é que se circunscreve a argumentação, a retórica, ou a pragmática.

É dentro desse universo que desenvolvemos o presente trabalho. A sua proposta não foi mais do que chamar a atenção para o espaço em que foi construído. Espaço em que habita o homem e sua liberdade.

TEXTOS COMENTADOS

Plínio Marcos

Gurufim não come

Estamos eu, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueiro, num boteco das quebradas do mundaréu, paplando sobre o carnaval que passou, quando pia na parada o Sílvio Modesto. Ele dá um alô:

— O Edson Arco-Iris foi falar com Deus.

— O Edson?!

— Mas ele ainda ontem desfilou pela Mocidade Alegre no carnaval.

— Mas ele ainda ontem, quarta-feira de Cinzas queria guerra pela Mocidade Alegre.

— Ele ainda ontem era o mais asanhado na festa da choradeira da Mocidade Alegre.

Pois é. Tudo foi ontem. Mas a gente sabe que basta estar vivo pra morrer. A gente sabe, mas ainda se espanta diante da morte. E o Toniquinho Batuqueiro, neto do velho Silvério, maior macumbreiro de todo o Estado de São Paulo, sobrinho do Zé Almofadão, dá a palavra de lei:

— A gente tem que tar com as obrigações com o Santo sempre em dia, porque ninguém sabe qual é a sua hora.

000

Antigamente, nos velórios do crioulo, de nós outros brancos encardidos, se jogava o gurufim. O Toniquinho logo falou que se armassem, queria ser o camarão. O Zeca queria ser a sardinha. O Sílvio Modesto, o siri. Eu, o gurufim.

— Gurufim, gurufim quer comer camarão.

— Camarão não come.

— Que come?

— Sardinha.

— Sardinha não come.

— Que come?

— Siri.

— Siri não come.

— Que come?

As velhas passavam com café, cachaca, pão com manteiga, bolo de fubá.

00

O Sílvio Modesto não podia ir ao velório. Já tinha cinco filhos, a mulher teve mais dois de uma ninhada. Sete. Alcançou o Toniquinho Batuqueiro. O Edson Arco-Iris passou dessa pra melhor. Ele, Sílvio, tem que cuidar dos que estão chegando e de manhã tem que encarar lugar na fila do leite em pó das crianças num lugar que é de graça. Ele é compositor de música brasileira no Brasil, tem que entrar na fila do leite grátis. Genp, Sílvio Modesto, que Oxalá te adiante o lado.

00

Eu, Zeca da Casa Verde e Toniquinho Batuqueiro queremos pegar um táxi na cidade pro Bairro do Limão. Nenhum chofer quer pegar um branquinho feioso e dois negrões na madrugada. Sabe como é que é. A vida anda custando os olhos da cara. De repente, a gente é curriola querendo desapertar. Mas, sempre tem um doíção. E lá vamos nós pra quadra da Mocidade Alegre.

000

O Edson Arco-Iris passou dessa pra melhor. E conversa puxa conversa. A gente lembra da bela Laila. A Mocidade Alegre nunca mais foi a mesma desde que a Laila foi falar com Deus. Tá certo, foi chegada sua hora e ela desencarnou. A vida continuou. O Juju da Cruz é o carnavalesco da Mocidade Alegre. E a escola continuou. Não parou um dia sequer. A gente velou a Laila lá na quadra e tudo, depois a escola continuou. Veio bonita sempre. Veio bonita também esse ano. Mas, sem a Laila, a Mocidade Alegre nunca mais foi a mesma. Falta sempre a Laila. A bela Laila, com suas broncas, com seu entusiasmo. E agora, foi o Edson. Logo ele. Tão sambista. Um dos maiores de São Paulo. Passista, compositor, ritmista, mestre-sala, diretor de harmonia. O patrão das almas sabe o que faz, nunca levou ninguém antes da hora.

000

Na quadra da Mocidade Alegre, o defunto estava em pé, com uma garrafa pra ser bebidas pelo gargalo, rodeado de amigos, várias viúvas, coroas de flores e tal e coisa e lousa. Não vai ser ele que vai ficar pra semente, porém (e sempre tem um porém), não foi dessa vez a hora do embarque. Também não foi ele que se fez de morto só pra ver quem ia aparecer no seu enterro. Foi um chaveco cavernoso que aprontaram. Deram uma telefonada pros irmãos, pras viúvas e pra todos avisando que ele, Edson, havia se afogado em Santos. Pra que? Escarcéu, choradeira, gritaria. O doutor Gelmo, advogado dos sambistas, se mandou pra Baixada, a fim de descolar o corpo. Não voltou até agora. Tá lá procurando e não acha. O Moraes Sarmento anunciou no rádio, o Guerra também. E o povão do samba, espalhado pelas quadras do mundaréu, chorou e se mandou pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus, rumo à quadra da Mocidade Alegre pra velar o corpo do chapinha Edson Arco-Iris. Mas, ele estava lá em pé, rindo de orelha a orelha, graças a Oxumaré.

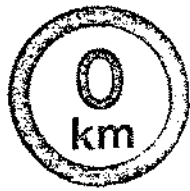
000

Quem inventou o chaveco, quem aprontou a presepada, quem com essa vil mentira inquietou amigos e familiares do Edson Arco-Iris queria derrubar o moço, mas se deu mal. O boato da morte do Edson só serviu pra provar que ele é muito querido no melo do samba.

000

Agora, sábado, tem roda de samba na Mocidade Alegre. O pagode vai se chamar "Noite do velório pra um vivo".

Andar devagar pode ser chato, mas parar é pior ainda.



Estamos diante de fatos, que somente a razão e a inteligência podem mudar. Estes fatos revelam uma realidade que ainda não é nossa e que não enfrentaremos, se começarmos desde já a economizar combustível.

A primeira vista, as medidas tomadas para racionalização podem parecer duras. Mas é só uma questão de saber analisá-las. Os 80 km, por exemplo, a velocidade da lei. Andando mais devagar, a gente vai descobrindo coisas que jamais os 120, 130, 140 km nos deixaram passar pela cabeça. A paisagem fica mais bonita, a natureza é toda nossa e temos até tempo de conhecer as pessoas que estão em nosso caminho. Um mundo diferente, cheio de surpresas gratificantes. Um mundo mais humano. Sem os riscos da alta velocidade. E ainda por cima, a gente economiza. De 20 a 25%.

Hoje o Brasil pede que todo mundo use a razão, e coloque os pés no chão. O ônibus, que antes muita gente não usava por uma questão de preconceitos, tem lá suas vantagens. Economia de dinheiro, de gasolina e o bate-papo com gente nova até então. Como estas, outras medidas de economia podem ser adotadas por você. E estão aí no quadro abaixo. Não custa nada observá-las. Elas nos levarão a novas divisas, novas conquistas, novos tempos.

Do contrário, estaremos parados.

- 1 - Você respeita os 80 km. Poupa 20 a 25% de combustível e terá sempre a sua carteira.
- 2 - Vai no carro de alguém ou leva alguém no seu carro. Um carro a menos na rua é um carro a menos gastando seu combustível.
- 3 - Você anda com o carro em ordem (motor regulado, pneus, freios, tudo certo). E dirige como se deve. Você está economizando combustível e economizando seu dinheiro.
- 4 - Você tem um veículo diesel e mantém a bomba injetora com o lacre, sempre regulada. Você economiza diesel e fica livre do perigo de ter sua carteira ou seu veículo apreendidos.
- 5 - Você usa coletivo para ir ao centro da cidade. Deixa o carro em casa. Você poupa combustível, evita multas, guinchos.
- 6 - Você viaja de trem, ônibus, navio. Você poupa combustível e descobre que a própria viagem pode ser mais divertida e muito mais econômica.

Não respeitando os procedimentos acima, você esbanja combustível — o que, nesta hora, é quase um crime.

Está sujeito a uma série de punições cada vez mais severas.

E saberá que é uma triste exceção na colaboração que todos estão dando. O maior prejudicado será sempre você.

Nunca duvide disso.

**Economize
combustível.
Ponha os pés
no chão.**

Campanha dos brasileiros para economia de combustível.

CARTAS ABERTAS

Rumos da cultura nacional

As entrevistas de Glauber Rocha, o filme "Xica da Silva" de Cacá Diegues e a música "Rancho da Goiabada" da dupla João Bosco/Aldyr Blanc

Pouco a pouco começa a tomar corpo um índice de debate político a propósito da situação e das perspectivas da cultura brasileira, sintoma de uma efervescência cultural que vai surgindo. Trata-se de um fenômeno altamente positivo, ainda que bastante embrionário, pois pode indicar que a cultura brasileira está buscando mais combativa e conscientemente seus rumos. Neste sentido, as últimas controversas surgidas em vários setores da cultura — cinema, música e teatro, sobretudo — contêm elementos altamente positivos, pois mostram que há um debate em curso, tendo como seu centro, consciente ou não, os rumos da cultura brasileira.

É a própria cultura brasileira que, nos poucos, acompanhando o avanço do movimento democrático em geral, vai forçando o caminho, desbravando sendas e encontrando ramos. Na música, que nos últimos anos refletiu mais imediatamente a luta por uma cultura efetivamente brasileira, democrática e nacional — através do trabalho de Chico Buarque, Gonzaguinha, Sérgio Ricardo e tantos e tantos outros —, observa-se a continuidade e a ampliação de tal tendência com o surgimento de novos batalhadores, procurando as brechas para lutar. No teatro, além de "Xica da Silva" e da última peça de Guarnieri, começam a surgir novos textos e autores de muito bom nível e conteúdo. Ao mesmo tempo em que se desenvolvem experiências altamente positivas de teatro popular, como bem o demonstraram recentes reportagens do Movimento. No cinema, começa a se notar uma saudável reação às pornochechadas. Nas artes plásticas, também há coisas novas, enquanto na literatura há alguns indícios de que se pode esperar por boas novas já que, pelo menos, a chama continua acesa, como mostram "A hora dos românticos" e outros livros.

Outro aspecto positivo da situação atual e do debate que se esboça é que também já começam a se definir posições. Caso típico foi o de Glauber Rocha, cujas posições vão ficando bem claras. O debate que se travou em torno de suas posições não só forçou o esclarecimento de vários problemas como serviu para alertar os que lutam por uma cultura verdadeiramente nacional, democrática e popular de que é preciso fortalecer a luta pela liberdade e pela cultura brasileira e popular, com objetivos amplos e justos, que congreguem a maioria, mas isolem todos os que se colocarem — ainda que disfarçadamente, como Glauber — a serviço do obscurantismo. Nesse sentido, achei muito ponderadas e justas as observações de Movimento a propósito de Glauber, e inclusive cheguei a escrever à redação do *Pasquim* uma carta a respeito que, infeliz e estranhamente, até hoje não foi publicada.

Um caso que já se reveste de outras características é o debate que se desencadeou em torno do filme "Xica da Silva". Não há dúvida que há reparo a fazer ao filme, a começar pelo próprio tema, que muito melhor teria sido se fosse Maria Quitéria, mas dar já um exemplo. Se Cacá quisesse, apesar das restrições e tudo o mais, poderia muito bem ter feito um filme sobre ela ou outras mulheres que se destacaram na luta do povo brasileiro pela liberdade e a independência, ao longo da história. Mas foi buscar Xica da Silva, escrava que não tomou o caminho da luta, mas se entregou ao colonizador, chegando ao ponto de escravizar seus próprios

irmãos, como o próprio filme mostra. Seu deboche, sua irreverência, sua atitude escandalosa (escandalosa para a sociedade colonialista da época), se positivos, o são dentro de um contexto (o caminho que ela escolheu) negativo. Entretanto, apesar desse e de outros reparos, inclusive muitos dos feitos por Movimento, há uma primeira coisa que deve ser ressaltada, antes de qualquer crítica: o filme, assim como *O Amuleto de Oton* e outros outros, maltratado todas as suas deficiências e erros (alguns, inclusive, penosos pelo conteúdo que encerram), significa um elemento positivo no deserto da pornochechada. É um filme sério, que tenta abordar aspectos da vida e da cultura de nosso povo. Sério, portanto, e nacional no tema e na forma, ainda que seu desenvolvimento mostre uma atitude errônea face ao colonizador. Considerando-se, além disso, a seriedade e a boa obra que Cacá fez até agora ao cinema brasileiro, é justo considerar que ele se equivocou grandemente em vários aspectos de Xica da Silva, mas se equivocou com bons propósitos, ao buscar um caminho e tentar uma saída. Nesse sentido, devemos criticar tudo o que o filme tem de errado (e tem bastante coisa de errado), mas creio que o devemos fazer a partir da posição de quem reconhece que o filme, de certa maneira, representa uma reação ao flagelo da pornochechada — que viceja como uma daninha —, tem alguns aspectos positivos. Inclusive a referência à Inconfidência Mineira que possui depois começaria a se preparar. O filme reflete uma situação, de confusão e restrições, que pesa sobre muitos de nossos artistas e intelectuais, levando-os, em alguns momentos e situações, à falta de clareza, ainda que seus objetivos permaneçam, basicamente, os mesmos. Assim, considero que Cacá, ainda que tenha se equivocado, está muito longe de Glauber Rocha, que tenta se aproveitar das críticas a Xica da Silva para puxar Cacá para suas errôneas posições.

Já bem outro, ainda, é o caso do "Rancho da Goiabada", música de João Bosco e Aldyr Blanc que o Movimento censurou. Antes mesmo que tal debate começasse, já tinha ouvido a música, saudando-a como muito boa e compreendendo seu sentido de denúncia da situação, não só das bóias-frias, mas de todos os brasileiros pobres. É claro que os bóias-frias, em alguma análise, não somam com a Goiabada caseira, mas com um pedaço de terra, mas é igualmente certo que eles também lutam pela sobrevivência, que significa também alimentação, e, assim, também "goiabada caseira". Levando-se em conta que eles não tiveram a intenção de fazer um hino de combate dos bóias-frias, parece-me que a música é bastante positiva. Reparos pode haver, sim, e inclusive justos, mas reparos pode se ter até mesmo para "Apesar de você". Se formos

partir de posições setárias para julgar tudo o que surge, sem levar em consideração as condições do momento e as circunstâncias da nossa situação cultural, acabamos por negar em bloco tudo o que se faz, inclusive aquilo que, apesar de deficiências que possa conter, tem um papel positivo, como é o caso do "Rancho da Goiabada".

Fiz tais referências a esses três casos para mostrar que eles são de natureza diferente, requerendo, portanto, abordagens diferentes. O fiz, também, para destacar a importância de que há um debate de tendência que é positiva, uma efervescência benéfica na medida que nos cerca. E, finalmente, o fiz para chamar a atenção ao sentido de que, no curso desse debate, nas abordagens de tais problemas, precisamos ter em vista aquilo que é essencial no momento presente: a luta pela liberdade e a batalha por uma cultura efetivamente brasileira, popular e democrática.

Os problemas que a nossa cultura enfrenta não se restringem somente às limitações. Esse é o aspecto mais visível para manter nossa cultura reprimida e na escuridão, criando espaço, assim, para o obscurantismo e para a avalanche da cultura e do modo de vida alheiana. Assim, o outro lado da moeda são os projetos obscuros, antistas e colonialistas. O objetivo e o resultado se concretizam nos esforços para avassalar e destruir nossa cultura nacional.

nos planos de fazer desaparecer até o cheiro, quanto mais a lembrança e a presença efetiva de nosso povo das obras de arte e da nossa cultura; e nos projetos de apagar os anseios democráticos fincados à terra com que sonham os bóias-frias de nossa gente das manifestações de cultura e arte. Nessas condições, quando as rádios, por exemplo, tocam 70% de música estrangeira importada e mais uns 20% de música estrangeira "made in Brazil" (feita por brasileiros e em português), não só o "Rancho da Goiabada" é positivo, mas de mesmo um simples samba, pelo próprio fato de ser samba genuíno, brasileiro, logo um papel positivo. O que quero dizer é que é necessário ver, antes de mais nada, o essencial. É o essencial, na atual situação, parece-me que é defender a arte e a cultura verdadeiramente nacionais da ofensiva da arte e da cultura estrangeiras.

É fazer valer e reafirmar nossas melhores tradições culturais e artísticas nacionais, ao mesmo tempo em que se luta por seu desenvolvimento, preservando-lhe o caráter brasileiro, e lutar para que nossa arte e nossa cultura reflitam sempre mais a presença, a vida, os anseios, a luta de nosso povo, com seus costumes, suas tradições, suas idéias, seu combate pela sobrevivência, por uma vida melhor, pela liberdade, pela independência.

Dessa maneira, para mim, o grande divisor de águas está na posição que cada um e cada setor toma em relação a esses dois problemas: a luta por uma cultura efetivamente nacional, popular e democrática e a luta pela liberdade, único adubo que poderá fazer florescer a nossa cultura e vencer as ameaças do obscurantismo e do colonialismo cultural que sobre ela pesam. E, sendo assim, o critério básico não só das nossas afirmações, como também das nossas críticas deve ser, antes de mais nada, o da posição em relação a essas duas questões. No caso de Glauber, por exemplo, parece estar claro que ele está do lado de lá. Mas não me parece o caso de Cacá Diegues. E não é, absolutamente, o caso de João Bosco e Aldyr Blanc. Então, temos que abordar o caso de Glauber de uma maneira, o filme de Cacá de outra e a música de Bosco e Blanc de outra ainda. Se Glauber merece repúdio, Cacá merece críticas construtivas (anda que severas, se necessário) e Bosco/Blanc merecem, ante de mais nada, elogios e saudações pelo que vêm fazendo (inclusive o "Rancho da Goiabada"). Se alguma crítica em a ser feita, ou reparo a ser endereçado, a quem quer que seja, a qualquer obra que seja, que se faça, mas é necessário ter critérios mais definidos.

Aproveito para fazer a vocês a mesma sugestão que fiz aos do *Pasquim*, só que num contexto diferente e em termos diferentes, já que vocês são muito mais conscientes que o *Pasquim* na defesa dos postulados a que me referi mais acima. Por que não aproveitam essa efervescência que começa a se manifestar para promover debates, mesas-redondas ou séries de reportagens mais abrangentes e entrevistas sobre a situação atual, as perspectivas e o caminho de nossa cultura? Seria uma boa maneira, justamente, de reafirmar com força as questões básicas do momento, explorar os caminhos que e têm sendo buscados e tentados (e os há, muito positivos) para a nossa cultura e a nossa arte.

José Inácio Cortes Fortes
São Paulo — Capital

BIBLIOGRAFIA

ALSTON, W.P. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

ANSCOMBRE, J.C. "Même le roi de France est sage". *Communications*, 20, 1973, p. 40-82.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1962.

BAKHTINE, M. *La poétique de Dostoievski*. Paris, Éditions du Seuil, 1970.

BAUER, G. "The English "perfect" reconsidered". *Journal of Linguistics*, 6, p. 189-198.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969, 15^a ed.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Gallimard, 1974.

_____. "L'appareil formel de l'énonciation". *Langages*, 17, 1970, p. 12-18.

_____. "Le langage et l'expérience humaine". In: *Problèmes du Langage*, Paris, Gallimard, Collection Diogène, 1966, p. 3-13.

CASTILHO, A.T. de. *Introdução ao aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968. Tese de doutorado.

CHAVES DE MELO, G. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1968.

CORREIA FORTES, J.I. de. "Rumos da cultura nacional". In: *Movimento*, nº 73, 22/11/76, p. 19.

CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares S/A, 1969.

DIXSON, R.J. *Regents English Workbook*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S.A., 1967, Book II.

DUCROT, O. *Dire et ne pas dire - principes de sémantique linguistique*. Paris, Hermann, Col. Lavoisier, 1972. Trad. portuguesa: *Dizer e não dizer*. São Paulo, Cultrix, 1977.

_____. *La preuve et le dire - Langage et logique*. Paris, Mame, Col. Repères, 1973.

_____. "De Laussure à la philosophie du langage". Introdução à versão francesa de *Speech acts*, de J. R. Learle, p. 7-34.

DUCROT, O. et alii. "Car, parce que, puisque", inédito.

DUCROT, O. & ANSCOMBRE, J.C. "L'argumentation dans la langue". In: *Langages* 42. Paris, Didier-Larousse, 1977, p. 5-27.

- DUCROT, O. & TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris, Seuil, 1972.
- JAKOBSON, R. "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe". In: *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit, 1963, p. 176-196.
- LADO, R. & FRIES, C. *English Sentence Patterns*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1966.
- LAKOFF, G. "Instrumental adverbs and the concept of deep structure". *Foundations of Language*, 4, 1968, p. 4-29.
- _____. "The role of deduction in grammar". Apud: FILLMORE & LANGENDOEN orgs. *Studies in Linguistic Semantics*. New York, Holt, Rinehart and Winston Inc., 1971, p. 62 - 70.
- LAKOFF, R. "IF's, AND's, and BUT's About Conjunctions". Apud. FILLMORE & LANGENDOEN orgs., p. 114-49.
- LAKOFF, G. & ROSS, J.R. "Criterion for verb phrase constituency". *Mathematical Linguistics and Automatic Translation*, Report nº NSF-17, Section II. Cambridge, Mass.: Harvard Computation Laboratory, 1966.
- LEITE DE VASCONCELOS, J. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa, Livr. Clássica Editora, 2^a ed., 1926.
- MARCOS, P. "Gurufim não come". In: *A Folha de São Paulo, Folha Ilustrada*, 19/03/77, p. 40.
- MENDES DE ALMEIDA, N. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Saraiva, 9^a ed., 1957.
- MORRISSEY, M.D. "The English perfective and 'still'/anymore". *Journal of Linguistics*, 9, 1973, p. 65-69.
- NUNES, J.J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livr. Clássica Editora, 7^a ed., 1969.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 7^a ed., 1971.

SEARLE, J.R. *Speech Acts*. Cambridge University Press, 1969.

STRAWSON, P.F. "Phrase et acte de parole". *Langages*, 17, p. 19-33.

TRAUGOTT, E.C. & WATERHOUSE, J. "'Already' and 'yet': a suppletive set of aspect markers?", *Journal of Linguistics*, 5, 1968, p. 287-304.

TODOROV, T. "Problèmes de l'énonciation". *Langages*, 17, p. 3-11.

VOGT, C. *O Intervalo Semântico - Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo, Ática, 1977, Col. Ensaio, 26.

_____. "A palavra envolvente". Campinas, UNICAMP, cadernos do I.F.C.H., nº 2, 1974.

_____. "Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções *porque*, *pois* e *já que*". Inédito.